



**Universidade de  
Aveiro**

**2014**

Departamento de Línguas e Culturas

**Francisco Mateus  
António Wache**

**A Subcategorização Verbal no Português de  
Moçambique: análise de um *corpus***



**Universidade de  
Aveiro**

**2014**

Departamento de Línguas e Culturas

**Francisco Mateus  
António Wache**

**A Subcategorização Verbal no Português  
de Moçambique: análise de um *corpus***

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Línguas, Literaturas e Culturas, realizada sob a orientação científica do Dr. António Barreira Moreno, Professor Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

## **Dedicatória**

À memória do meu irmão Luciano Mateus António Wache

## **o júri**

Presidente

**Prof. Dr. Carlos Manuel Ferreira Morais**  
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Vogais

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mafalda Maria Leal de Oliveira e Silva Frade**  
Bolseira de Pós-Doutoramento (Arguente)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mónica Sofia de Almeida Bastos**  
Leitora Universidade Pedagógica – Beira

**Prof. Dr. António Barreira Moreno**  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientador)

## **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Prof. Dr. António Barreira Moreno, pelas conversas formais e informais tidas durante a produção do trabalho, toda a minha admiração.

Ao Prof. Dr. Mário Jorge Caetano Brito dos Santos e à Mestre Ermelinda Mapasse, pela ajuda financeira concedida durante as viagens à Beira, um eterno obrigado

À minha esposa Vinilda Luís Protásio Rodolfo pelo amor, ternura e pelo carinho, obrigado.

Aos meus pais Mateus António Wache e Angelina Agostinho, pela procriação e pelo carinho de sempre, Ndzibongile.

Aos meus irmãos Paulo, Ermelinda, Albertina, Florentina, Atália, Vicente, Mediano por tudo que nos une, obrigado.

Aos meus amigos de todos tempos: Izidro Chongola e Patrícia Martins, Francisco Gaita e Aquima Guli, pelas cumplicidades académicas e profissionais partilhadas. Muito obrigado.

**Palavras-chave**

Subcategorização verbal, inserção de preposição, supressão de preposição, substituição de preposição.

**Resumo**

O objectivo deste trabalho é compreender como é feita a subcategorização verbal pelos estudantes do curso de Português na Universidade Pedagógica, delegação de Nampula. Analisam-se, neste trabalho, os fenómenos relativos a inserção de preposição, supressão de preposição e substituição da preposição, os quais concorrem para a fixação de um novo parâmetro de subcategorização verbal nestes informantes. Conclui-se, no estudo, que estes fenómenos se devem ao facto de: (i) estes informantes estarem sujeitos a um *input* falso, o qual legitima algumas estruturas consideradas sintaticamente desviantes no Português Europeu. Ou seja, o *input* a que estes informantes tiveram acesso na aprendizagem da Língua Portuguesa não é o padrão, mas já com desvios; (ii) a preposição *a* ter múltiplas funções na sintaxe do Português, o que contribui para que esta preposição seja de uso bastante difícil por todos os aprendentes, já que outras investigações, feitas em outros quadrantes do mundo, envolvendo informantes de outras nações, mostraram que os alunos cometem, muitas vezes, desvios, envolvendo esta preposição.

**Keywords**

Verbal sub categorization, preposition insertion, deletion of the preposition and replacement of preposition.

**Abstract**

The aim of this work is to understand how is the verbal subcategorization by Portuguese course students at the Pedagogical University, Nampula delegation. The phenomena of the preposition insertion, deletion and replacement of the preposition, which contribute to the establishment of a new parameter verbal subcategorization by these informants are analyzed in this work. It can be concluded that these phenomena are due to the fact that: (i) these informants are subject to a false input, which legitimizes some structures considered syntactically deviant in European Portuguese. That is, the input that these informants had access in learning the Portuguese language is not the default, but a Portuguese with deviation; (ii) the preposition can have multiple roles in the Portuguese syntax, which contributes to several difficulties for all learners, as other investigations made in other corners of the world, involving informants in other nations, showed that students commit often deviations involving this preposition.

## **LISTA DE ABREVIATURA, ACRÓNIMOS E SIGLAS**

FRELIMO = Frente de libertação de Moçambique

HUM = humano

L1 = Língua primeira

L2 = Língua segunda

OBL= Oblíquo

OD = Objeto Direto

OI = Objeto Indireto

PB = Português Brasileiro

PE = Português Europeu

PEPEU = Português Escrito Por Estudantes Universitários

PM = Português Moçambicano

POM = Português Oral de Maputo

POST = Português Oral de São Tomé e Príncipe

SN = Sintagma Nominal

SU = Sujeito

UPN = Universidade Pedagógica - Nampula



## ÍNDICE

Introdução	1
1. A língua portuguesa em Moçambique	5
1.1. O contacto com as línguas bantu	5
1.2 A apropriação do Português pelos moçambicanos: alguns dados históricos	7
1.2.1. O Português antes da luta armada	7
1.2.2. O Português durante a luta armada	8
1.2.3. O Português depois da independência nacional	10
2. O fenómeno de subcategorização e a noção de léxico	11
2.1. A noção de léxico	11
2.2. Da noção de léxico ao fenómeno de subcategorização verbal	12
2.3. Subcategorização, número de argumentos e tipologia de predicados	14
2.4. A noção de objecto direto	18
2.5. A noção de objecto indireto	19
2.6. Relações gramaticais de oblíquo	21
2.7. Em síntese	22
3. O <i>corpus</i> e o tratamento de dados	23
3.1. O fenómeno de subcategorização verbal no PEPEU	27
3.1.1. A subcategorização de SN como OI/OBL: a inserção de preposição	29
3.1.2. A subcategorização de SN como OD: supressão da preposição a	39
3.1.3. A subcategorização de SN como OBL: substituição da preposição	44
Conclusão	48
Referências Bibliográficas	51

## INTRODUÇÃO

A presente Dissertação, que tem como título *A Subcategorização Verbal no Português de Moçambique: análise de um corpus*, surge como requisito para a obtenção do grau de *Mestre em Línguas, Literaturas e Culturas*, um curso que foi ministrado pela Universidade de Aveiro.

A classe de verbos é uma daquelas que, em Português, oferece muitas dificuldades aos aprendentes desta língua. Esta dificuldade agudiza-se ainda quando alguns verbos, na sua realização, têm de ocorrer obrigatoriamente com uma preposição, outra classe de palavras que é também considerada de difícil uso. Estes factos fazem com que, no geral, o fenómeno de subcategorização verbal dos falantes do Português em Moçambique (PM) seja aquele que mais se distancia do Português Europeu (PE). Entretanto, parece que há ainda um número insuficiente de estudos relativos ao referido fenómeno, o que concorreu para a escolha deste tema para o presente estudo. Concorreu também o facto de ter constatado, no âmbito da minha actividade profissional, que os estudantes da Universidade Pedagógica, nas aulas de Linguística Descritiva do Português III, possuíam enormes dificuldades relativas ao fenómeno de subcategorização verbal. O estudo surge também, assim, como uma forma pontual de responder ao problema com que se depararam os estudantes.

Como se pode depreender, o estudo é relevante, uma vez que vai contribuir para esclarecer as principais tendências de subcategorização verbal no Português escrito por estudantes do curso de licenciatura em ensino do Português. Tendo em conta que estes informantes são formados para serem professores de Língua Portuguesa em Moçambique, o estudo do quadro de subcategorização verbal vai servir igualmente de indicador para a identificação do Português que circula nas escolas moçambicanas, o que pode, num momento posterior, ajudar os planificadores de educação a produzirem materiais adequados para o ensino desta língua em Moçambique.

Como se referiu, o problema que constitui o objecto de estudo deste trabalho foi constatado durante a leccionação de aulas de Linguística Descritiva do Português III em 2011, na Universidade Pedagógica, Delegação de Nampula. Nessas aulas, constatou-se que os alunos produziam estruturas fráscas, como as que a seguir se transcrevem:

(1)

a.       conhecer o meio que lhe espera, por estas | dotarem | ao estudante de técnicas especificamente PEPEU/29/12

PE: estas | dotarem | o estudante de técnicas especificamente

b.       |Chegaram | no fim do ano PEPEU/144/12

PE: *Chegaram* ao fim do ano

c.       tivemos a oportunidade de | assistir | Professor Macário Augusto PEPEU/60/12

PE: *assistir* ao Professor Macário Augusto

Como se pode depreender, os três fenómenos descritos em (1) exibem um quadro de subcategorização verbal bastante diferente daquele que é feito no PE, sendo estes três fenómenos linguísticos objectos de estudo da presente Dissertação.

Deste modo, configura-se como o principal objectivo do presente trabalho, face ao problema despoletado e ao objecto de estudo apresentado, compreender como é feita a subcategorização verbal pelos estudantes do curso de Português na Universidade Pedagógica, delegação de Nampula, o que vai ser conseguido a partir de: (i). descrever a forma como se manifesta o fenómeno de subcategorização verbal no Português escrito pelos referidos estudantes; (ii). demonstrar, a partir da análise do *corpus* extraído dos textos escritos produzidos por este grupo de estudantes, que o fenómeno de subcategorização verbal do emergente Português de Moçambique tende a distanciar-se do Português Europeu ; (iii). identificar os principais tipos de verbos que fornecem um quadro de subcategorização verbal diferente da do Português Europeu.

Em termos de estudos feitos sobre o fenómeno de subcategorização verbal, em Moçambique, destaca-se, pela importância da obra, o trabalho feito por Siopa (2010), *O Português Escrito por Estudantes Universitários: descrição linguística e estratégias didácticas*. Este texto estudar, a partir de um *corpus* escrito por estudantes universitários, os principais problemas de subcategorização verbal. Como se afirmou, este texto funciona como ‘alarme’ para a forma como escrevem os estudantes universitários moçambicanos,

que fazem cursos relacionados com a Língua Portuguesa. Muitos fenómenos analisados no referido trabalho ganham eco no *corpus* que se usou para o presente trabalho.

Devem também considerar-se os vários estudos feitos por Perpétua Gonçalves, com destaque para a sua tese de doutoramento (1990) e para os trabalhos divulgados pela INDE, sob a sua direcção. Uma das diferenças entre estes estudos e este que se apresenta reside no facto de o *corpus* de Gonçalves, nos referidos estudos, ser constituído por um *corpus* do Português Oral de Maputo (POM), que, muitas vezes, foi recolhido em falantes, ao que me parece, não eruditos, ou seja, em falantes de baixo nível de escolarização. Para além disso, tal *corpus*, representava, a realização da Língua Portuguesa em falantes do Português em Maputo, ainda que tenha privilegiado igualmente alguns estudos relacionados com a subcategorização verbal, destacando-se o trabalho *Falsos Sucessos no Processamento do INPUT na Aquisição da L2: Papel da ambiguidade na génese do Português em Moçambique*, editado pela Abralin. Este trabalho denuncia a existência, no Português de Moçambique, de uma subcategorização verbal de duplo objecto. Este fenómeno não foi verificado neste *corpus*, sendo possível que seja especificamente um fenómeno do Português Oral, uma vez que tal ocorrência encontrou eco no trabalho de Gonçalves<sup>1</sup> (2010), sobre o Português Oral de S. Tomé (POST). Os estudos de Albarn (1991) sobre a regência locativa também têm como base um *corpus* oral. Neste trabalho, a autora denuncia a ocorrência de uma regência estranha ao PE, nos verbos locativos do Português falado em Maputo.

Como se pode depreender, não são muitos os trabalhos, pelo menos a que se tenha tido acesso, ou que tenham sido amplamente divulgados, que tenham procurado estudar especificamente, na perspectiva que se adota neste trabalho, os três fenómenos linguísticos que são objectos de estudo, neste trabalho.

Em termos da estrutura, o trabalho comporta dois capítulos, para além da introdução, da conclusão e da bibliografia. No primeiro capítulo apresenta-se fundamentação teórica do trabalho, onde se procurou definir os principais termos que foram usados e discutir os

---

<sup>1</sup> Trata-se de dissertação de Mestrado em Linguística, de Rita Margarida Gamito Gonçalves, um trabalho feito a partir do *corpus* oral de S. Tomé e Príncipe.

principais conceitos. No segundo, procurou-se explicar a metodologia adoptada para a concretização do estudo e, em seguida, fez-se a análise e interpretação dos dados.

## 1. A LÍNGUA PORTUGUESA EM MOÇAMBIQUE

### 1.1. O CONTACTO COM AS LÍNGUAS BANTU

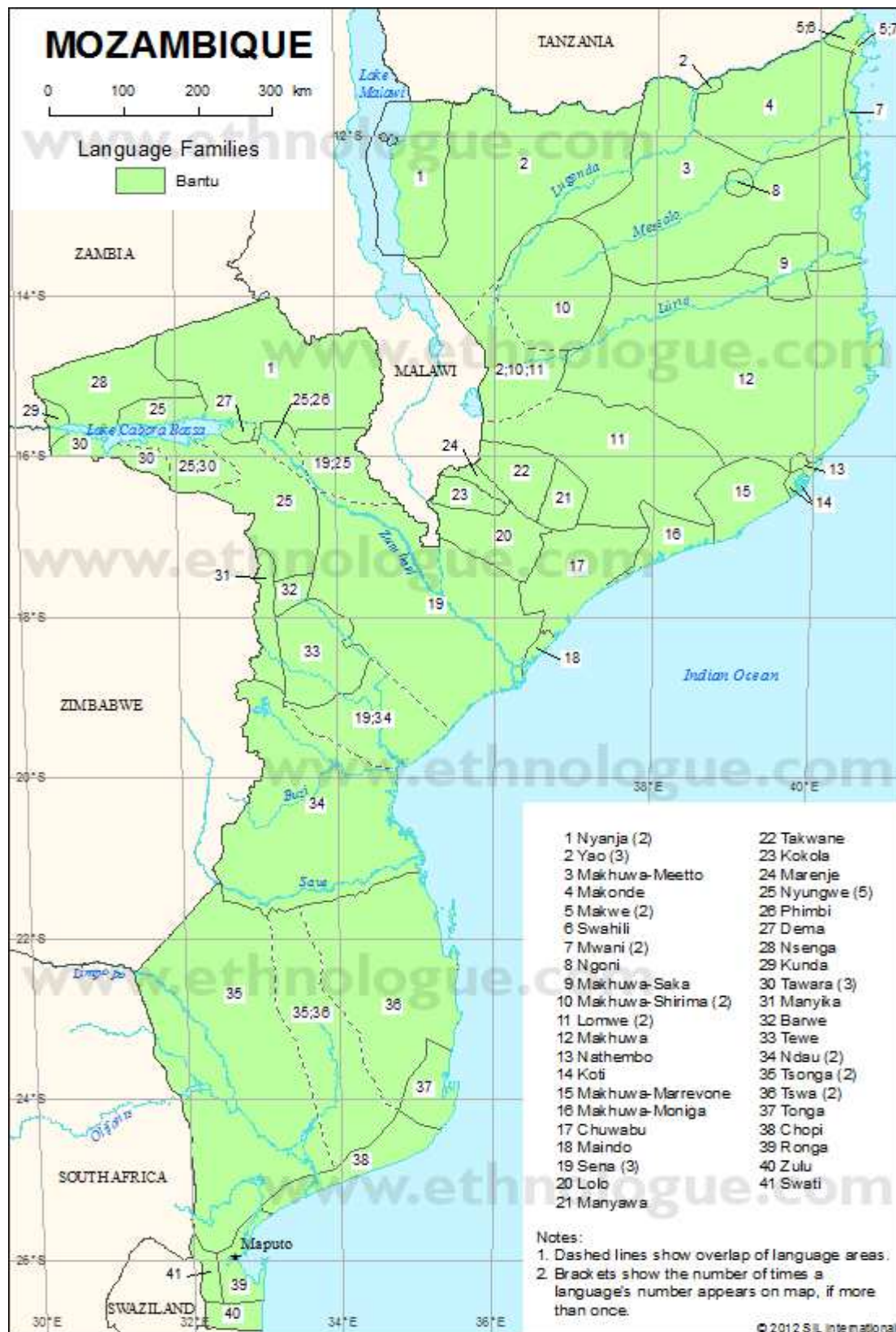
Moçambique é um país multilingue, onde o Português convive com outras línguas de origem bantu. A quantidade de línguas bantu faladas neste território ainda não é totalmente conhecida.

Os dados actuais apontam para a existência de mais de 40 línguas de família bantu que se falam neste país, que são, segundo o *site ethnologue*: Nyanja (1), Yao (2), Makhuwa-Meetto (3), Makonde (4), Makwe (5), Swahili (6), Mwani (7), Ngoni (8), Makhuwa-Saka (9), Makhuwa-Shirima (10), Lomwe (11), Makhuwa (12), Nathembo (13), Koti (14), Makhuwa-Marrevone (15), Makhuwa-Moniga (16), Chuwabu (17), Maindo (18), Sena (19), Lolo (20), Manyawa (21), Takwane (22), kokola (23), Marenje (24), Nyungwe (25), Phimbi (26), Dema (27), Nsenga (28), Kunda (29), Tawara<sup>30</sup>, Manyika <sup>31</sup>, Barwe (32), Tewe (33), Ndau (34), Tsonga (35), Tswa (36), Tonga (37), Chopi (38), Ronga (39), Zulu (40), Swati (41). É com todas estas línguas que o Português está em contacto e tal contacto está na origem de mudanças linguísticas que se podem observar no Português emergente em Moçambique.

Como se pode depreender, esta lista considera como línguas faladas em Moçambique, apenas, as de origem bantu, excluindo o Português. Parece que esta exclusão do Português na lista das línguas faladas em Moçambique se deve ao facto de haver dificuldades em indicar o território exacto em que esta língua é falada, já que, em todas as zonas, abaixo mapeadas, se fala o Português.

A designação dos nomes das línguas bantu varia de autor para autor. Os nativos de Moçambique adoptam, muitas vezes, uma terminologia diferente da apresentada pelo *site ethnologue*. Por exemplo, são usados os nomes Elomwe, Emakhua, Xitswa, Cinyungue, Cindau, Cisena, etc. Abaixo, está o mapa que ilustra a distribuição das línguas bantu ao longo do território moçambicano.

Mapa: distribuição das línguas faladas em Moçambique pelo território nacional



[www.ethnologue.com](http://www.ethnologue.com), consultado no dia 09.07.2014

Ainda é bastante prematuro indicar, com exactidão, as línguas bantu faladas em Moçambique. Algumas propostas avançadas pelo *Primeiro e Segundo Seminários* de padronização das línguas bantu são consideradas bastantes precipitadas, uma vez que excluem algumas línguas faladas neste território e não serem claros, por exemplo, os critérios para distinguir entre língua e variante<sup>2</sup>. A este propósito, Lopes (2004:230) afirma que “ninguém foi ou é capaz de dizer exactamente quantas línguas e variantes bantu são faladas em Moçambique, principalmente porque ainda não foi realizado nenhum estudo dialectológico de grande escala nesta parte do mundo”.

## **1.2. A APROPRIAÇÃO DO PORTUGUÊS PELOS MOÇAMBICANOS: ALGUNS DADOS HISTÓRICOS**

### **1.2.1. O PORTUGUÊS ANTES DA LUTA ARMADA**

Dias (2008: 63) assinala o período entre os sécs. XVI e XIX como sendo o da primeira fase de aquisição do Português pelos moçambicanos. Esta autora explica que, durante este período, considerado de aquisição espontânea e de aprendizagem mais ou menos tutorada pelos missionários, nas suas acções de evangelização, seria utilizada uma variante do Português diferente da norma europeia. Com efeito, segundo Dias (2008), muitos autores consideram essa versão do Português ‘reduzida’ e ‘simplificada’.

Para a autora, a versão reduzida e simplificada de uma língua manifesta-se pelo uso do vocabulário essencial, no qual se eliminam todos os processos que tornam a língua redundante, como é o caso de certos tempos verbais e de certos tipo de orações subordinadas, redução do género e das pessoas gramaticais. Mais adiante, Dias (2008) explica que a origem dessa versão do Português teria sido motivada pelo facto de:

- i) os portugueses, tendo a necessidade de serem percebidos, teriam modificado a sua própria língua, usando uma espécie de *foreigner talk* ou de *baby talk*, da Língua Portuguesa. Portanto, esta é a versão a que tiveram acesso as

---

<sup>2</sup> Veja-se, por exemplo, a vastidão das línguas apresentadas, no segundo seminário, como sendo variantes do Emakhua.



populações locais. Para além disso, situa-se na mesma linha, o facto de os afro-portugueses usarem um dialecto não padronizado do Português, tendo este dialecto sido responsável por fornecer um *input* para aprendizagem do Português;

ii) as populações locais, ao adquirirem o Português, modificavam alguns aspectos, o que fez com que os portugueses reforçassem os ‘erros’ cometidos, ao adoptarem, igualmente, esta versão do Português, a fim de facilitar a comunicação.

Gonçalves (1996a:26-29) faz uma proposta tripartida de periodização do Português em Moçambique. Nessa proposta, a autora assinala que em 1930, a partir do Acto Colonial, se cria a legislação que regula a relação de Portugal com as suas colónias. A nível de educação, destaca-se a criação do ensino indígena, com o qual se pretendia atingir a população local, oferecendo-lhe uma instrução formal em Português. Como se pode notar, uma minoria moçambicana só começa a ter acesso formal ao Português a partir dessa data. Gonçalves (1996a:29), citando Mendonça (1987), sublinha que “ ‘a geração que produz os primeiros homens de letras moçambicanos situou a sua acção entre 1910 e 1940’. Por conseguinte, nesta fase, já começam a surgir produtores moçambicanos de discursos em Português, eventuais portadores da norma culta, seja ela moçambicana ou europeia.”

Esta minoria africana local que se apropriou do Português era composta, basicamente, por mulatos e negros que conseguiram obter uma condição social estável dentro do sistema colonial, trabalhando, principalmente, como burocratas ou empregados de escritório.

### **1.2.2. O PORTUGUÊS DURANTE A LUTA ARMADA**

A partir de 1964, durante a luta de Libertação Nacional, embora o Português fosse a língua do colonizador, foi adoptado como língua de comunicação dentro da FRELIMO. A adopção do Português tinha por objectivo minimizar as fissuras linguísticas existentes entre os militantes, os quais falavam várias línguas, de acordo com a proveniência. Assim, tornou-se obrigatório, dentro da FRELIMO, usar o Português.

Mendes (2010:32) entende que, “por razões óbvias, compreende-se o uso desta língua no período colonial, mas não é tão óbvia a escolha desta língua nas zonas libertadas.” Mais adiante, a autora refere que “o facto de estas zonas se localizarem em territórios fora do controlo da administração portuguesa retirava à FRELIMO qualquer obrigatoriedade na escolha do Português como veicular e de ensino utilizada entre guerrilheiros.” Para a autora, “a FRELIMO estava, pois, livre para optar por qualquer outra língua, no entanto, o Português foi a língua adoptada nessas zonas”. Nobre (2010:8) contrasta esta posição assumida por Mendes (2010) ao afirmar que “no que diz respeito ao ensino, nas Zonas Libertadas, não havia alternativas ao sistema colonial.” De facto, não havia alternativas. A FRELIMO não estava preparada para implementar um novo sistema de ensino, usando, sobretudo, outra língua que não fosse o Português. Ora, não parece que o Português tenha sido imposto ao povo moçambicano. O que deve ter acontecido é que a FRELIMO não teve outra escolha, uma vez que nenhuma das línguas moçambicanas estava em condições de ombrear com o Português e fazer face às necessidades pontuais da FRELIMO. No discurso proferido num encontro da FRELIMO designado *A Influência do colonialismo no artista, o seu modo de vida e o seu público em países em vias de desenvolvimento*, transparece esta ideia:

Não existe língua de maioria no nosso país. Escolher uma das línguas moçambicanas como língua nacional seria uma opção arbitrária que poderia ter sérias consequências... fomos por isso forçados a utilizar o Português como a nossa língua de ensino e para a comunicação entre nós<sup>3</sup>.

Entenda-se que a Língua Portuguesa, em primeiro lugar, mostrou ser a que tinha maior distribuição pelo país, ou seja, todos os guerrilheiros tinham tido algum contacto com o Português, mesmo que não usassem esta língua para a comunicação diária. Portanto, a escolha desta língua, que não era estranha aos guerrilheiros, iria naturalmente minimizar, como já disse, as fissuras linguísticas existentes dentro do movimento e assim contribuiria para a materialização dos objectivos da FRELIMO, uma vez que eliminaria o tribalismo que ameaçava destruir o grupo. Em segundo lugar, o Português possuía materiais didácticos (dicionários, livros, manuais, leis, etc.) que iriam dar continuidade à formação dos moçambicanos. Portanto, seria arriscado escolher outra língua que não respondesse a estes dois requisitos.

---

<sup>3</sup> Esta parte do discurso foi extraída de Lopes (2004).

### 1.2.3. O PORTUGUÊS DEPOIS DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Em 1975, em Moçambique independente, a Língua Portuguesa tomou o estatuto de Língua Oficial e Língua de Unidade Nacional, apesar de ser uma língua falada por um número reduzido de moçambicanos. Dias (2008:79) entende que este papel e esta função da Língua Portuguesa está associada ao facto de ela ser, na altura da independência, a língua com maiores possibilidades de veicular a ciência e a técnica, de unir os moçambicanos e de manter o país coeso. Mais adiante, a autora explica que “a escolha de uma língua bantu para Língua Oficial podia pôr em perigo a integridade territorial. O Português estava minimamente divulgado em todo o país e era a língua internacionalmente conhecida, o que facilitava a comunicação com os outros países”.

É válido lembrar que, na sequência da decisão do Português como Língua Oficial e Língua de Unidade Nacional, houve a promoção, incluindo o uso obrigatório desta língua em comunicações institucionais. O discurso proferido por Graça Machel, ministra de educação em Moçambique, entre 1975 e 1989, no *I Seminário sobre o Ensino da Língua Portuguesa*, segundo Firmino (2006:141), mostra a importância que o Português tinha em Moçambique pós-independência:

A Língua Portuguesa é o meio de comunicação entre todos os moçambicanos que permite quebrar as barreiras criadas pelas línguas maternas. Através dela, a ideologia do Partido FRELIMO, que encarna os interesses das massas trabalhadoras e exprime os seus valores revolucionários, é difundida e estudada para ser aplicada, orientando o nosso Povo na luta pela criação de uma sociedade justa, próspera e feliz, a Sociedade Socialista. A Língua Portuguesa é também a língua veicular do conhecimento científico e técnico. Na alfabetização de milhares de trabalhadores, operários e camponeses, ela desempenha um papel importante pois fornece os instrumentos necessários para orientar e controlar a produção, em suma, para melhorar o bem-estar social e material [...] É ainda utilizando a Língua Portuguesa que comunicamos com outros povos do mundo, transmitindo a rica experiência do nosso Povo e recebendo a contribuição do património cultural mundial.  
[ in Revista *Tempo* n.º 471, p. 12]

Actualmente, a Língua Portuguesa em Moçambique não só distingue os moçambicanos culturalmente a nível da África austral, como também está a passar por um processo de nativização. A propósito, Firmino (2006:237) afirma que “o Português está a interiorizar-

se no contexto sociocultural do Moçambique pós-colonial e por isso está a sofrer um processo de *nativização*<sup>4</sup>”. Entende este autor que “este processo corresponde ao desenvolvimento de uma nova ideologia da condição da língua, à medida que as autoridades oficiais e a opinião pública percebem e reconhecem o Português como uma língua oficial e língua franca.”

De facto, o Português, como qualquer outra língua, evolui à medida que o tempo passa, e por essa via, incorpora novas características linguísticas distintivas. No entender do autor que temos vindo a citar, “o processo de nativização do Português compreende duas dimensões: uma simbólica, com a emergência de novas atitudes e ideologias sociais face ao uso da língua; e uma linguística, com o desenvolvimento de novas formas de uso da língua” (*ibidem*:237).

## **2. O FENÓMENO DE SUBCATEGORIZAÇÃO E A NOÇÃO DE LÉXICO**

### **2.1. A NOÇÃO DE LÉXICO**

Não se pode falar de subcategorização sem antes se falar da noção de léxico, porque se entende que todas as propriedades de subcategorização estão depositadas no léxico da língua, ou seja, a subcategorização é consequência do léxico.

Leiria (2006:28) recorda que o léxico, durante muito tempo, foi considerado como “uma entidade vasta e imprecisa”. Mas actualmente, o léxico deixou de ser “apêndice da gramática para se converter numa das componentes preferenciais da descrição linguística” (*ibidem*:28).

De uma forma simplista, pode-se afirmar que o léxico<sup>5</sup> é o conjunto de palavras de uma determinada língua. Villalva (2008:47) entende que, apesar de o dicionário ser indicado, frequentemente, como o reportório do léxico, ele não é exaustivo porque exclui as palavras que não são reconhecidas pelas normas, como é o caso de arcaísmos, dialectalismos e neologismos.

---

<sup>4</sup>O sublinhado é nosso

<sup>5</sup> A propósito, Galisson & Coste (1983) fazem uma distinção entre o léxico e o vocabulário. Os autores referem que o léxico diz respeito à língua e ao vocabulário ao discurso.

Ambar (1992:149), tratando de *sistemas de regras*, explica que “o léxico especifica, entre outros, um conjunto de informações sobre as estruturas morfológicas e sintáticas dos itens lexicais, incluindo os traços categoriais e contextuais.” Assim, o léxico é considerado como um conjunto de entradas lexicais, cada uma das quais determina as propriedades de selecção categorial dos itens lexicais, definindo a natureza categorial e a função gramatical dos constituintes que são subcategorizados por um determinado item lexical, tomando como ‘cabeça’ de uma dada construção (selecção categorial – selecção-c). O léxico igualmente determina as propriedades de ‘marcação temática’ por parte desses mesmos itens (selecção semântica – selecção-s). Nesse trabalho, a autora assume que as categorias lexicais tomam como base as combinações possíveis dos traços [ <sup>+</sup>N, <sup>+</sup>V], como se pode verificar no seguinte quadro:

Nome-----[+ N, -V]

Verbo-----[-N, +V]

Adjectivo-----[+N, +V]

Preposição-----[-N, -V]

No mesmo sentido e no que tange especificamente à sintaxe, as entradas lexicais contêm, para Raposo (1992:96), uma informação de natureza categorial e uma informação relativa ao fenómeno de subcategorização do item.

Nos termos de Júnior (2011:41), citando Negrão *et al.* (2005), é no léxico que se estabelecem as exigências de selecção semânticas e as de número de argumentos seleccionados por determinado predicado<sup>6</sup>, assim como as de natureza categorial.

## **2.2 DA NOÇÃO DE LÉXICO AO FENÓMENO DE SUBCATEGORIZAÇÃO VERBAL**

A selecção categorial tem que ver com o facto de uma categoria lexical seleccionar os argumentos internos (complemento directo, complemento indirecto e complemento

---

<sup>6</sup> O autor usa o termo predicator.

oblíquo) e externo (sujeito), com os quais deve ou não ocorrer. A subcategorização é um fenómeno menos extenso do que a selecção categorial, pois restringe-se, apenas, aos complementos internos. Ferreira (2011:31) entende que “a subcategorização evidencia uma relação estritamente local entre as categorias lexicais e os seus complementos subcategorizados.”

Para Ferreira (2011), entre outros, qualquer categoria lexical pode subcategorizar complementos, não sendo esta a propriedade única dos verbos. Raposo (1992:90), ao abordar a subcategorização, começa por apresentar dois verbos que aparentam subcategorizar os mesmos complementos verbais. Trata-se do verbo “arrumar” e “pôr”, os quais, nas palavras deste autor, “possuem um significado e um comportamento sintáctico bastante semelhante, mas não idêntico”.

Mais adiante, este autor explica que em enunciados como:

(2)

- a. O Paulo pôs os livros *na estante*<sup>7</sup>
- b. O Paulo arrumou o livro *na estante*,

o verbo *pôr*, patente em (2 a) ocorre obrigatoriamente com um sintagma nominal (SN) e um sintagma preposicional (SP) e em contrapartida o verbo *arrumar*, em (2 b), ocorre obrigatoriamente com um SN e opcionalmente com um SP. Isto é, na frase (2 a) não se pode dizer somente que

(3)

*o Paulo pôs os livros,*

porque o verbo em causa pede obrigatoriamente que se indique o local onde o livro foi colocado. Esta obrigatoriedade já não se verifica com o verbo *arrumar*, o qual admite que se diga, por exemplo,

---

<sup>7</sup> Os exemplos são de Raposo (1992) e a numeração e o itálico são nossos.

(4)

*o Paulo arrumou os livros.*

Portanto o SP- *na estante* pode não aparecer na frase, porque não é um constituinte obrigatório.

Mateus (1990:460) explica que a subcategorização “especifica a categoria sintagmática dos complementos seleccionados por uma unidade lexical”. Explica ainda, esta autora, que “os complementos seleccionados por uma dada unidade lexical podem ser especificados não apenas quanto à sua categoria sintagmática, mas também quanto a outras propriedades, habitualmente referidas como restrições de selecção.”

Raposo (1992:97), tratando especificamente do formato do léxico, faz notar que os quadros de subcategorização contêm dois tipos de informação: primeiro, a informação de que um item lexical subcategoriza um determinado número de posições sintácticas no sintagma verbal (SV); segundo, a informação de quais as categorias gramaticais que preenchem essas posições sintácticas.

De facto, como se pode notar, o fenómeno de subcategorização verbal actua somente sobre as categorias que são seleccionadas pelos verbos e que, tipicamente, se alojam à direita do verbo.

### **2.3. SUBCATEGORIZAÇÃO, NÚMERO DE ARGUMENTOS E TIPOLOGIA DE PREDICADOS**

A Língua Portuguesa possui uma tipologia de predicados bastante diversificada. Essa diversidade fica a dever-se ao facto de poderem seleccionar vários argumentos. Assim, para Pires & Moia (1995: 51), existem, em Português, 5 tipos de predicados:

#### *i. Predicados de zero lugares*

São predicados que não seleccionam nem argumento externo, nem argumento interno e denotam, geralmente, fenómenos da natureza. São predicados como os que a seguir se

apresentam: *alvorecer, amanhecer, anoitecer, chover, chuveirar, entardecer, escurecer, nevar, relampejar, trovejar*.

(5)

- a. Nestes dias anoitece cedo.
- b. Aqui onde estou escureceu muito.
- c. Ontem choveu.

ii. *Predicados unários ou de um lugar*

São predicados que seleccionam um argumento externo ou interno. Pertencem a este grupo os predicados como: *adormecer, dançar, desmaiar, dormir, espirrar, ladrar, nadar, nascer, transpirar, uivar, voar, haver, tratar-se, entre outros*.

(6)

- a. A criança adormeceu nos braços da mãe.
- b. A Madalena dança muito.
- c. O bebe nasceu forte.
- d. A Marina transpira muito.
- e. Há muitos homens que procuram por ti.
- f. Trata-se de 5 alunos que foram expulsos da escola.

Os verbos exemplificados de (6 a) a (6 d) seleccionam apenas um sujeito, enquanto que os verbos exemplificados em (6 e) e (6 f) são impessoais e seleccionam apenas um complemento.

iii. *Predicados binários ou de dois lugares*

Os verbos que pertencem a este grupo seleccionam um argumento externo e um interno. O argumento interno pode ser um objecto directo (OD) ou um objecto indirecto (OI) ou ainda um complemento oblíquo (OBL). A terminologia linguística luso-brasileira designa este grupo de verbos como transitivos directos (verbos que seleccionam um argumento com a função de OD) e como transitivos indirectos (restantes dois casos). Os verbos como os que



se seguem pertencem, em geral, a este grupo: *acreditar, amar, coser, desistir, engolir, fazer, ler, ouvir, pintar, rasgar, temer, vencer, visitar*.

(7)

- a. Os africanos acreditam na reencarnação.
- b. A Carmelita pintou uma casa.
- c. A Joana visitou o pai.

iv. *Predicados ternários ou de três lugares*

Estes verbos são designados por alguns gramáticos verbos bitransitivos, por seleccionarem dois argumentos internos. Nestes verbos, parece ser obrigatória a presença do argumento OD, sendo o outro lugar partilhado pelo argumento OI. ou OBL. Alguns verbos deste grupo são os seguintes: *atirar, colocar, dar, dizer, emprestar, informar, pedir, obrigar, perguntar, persuadir, prometer*<sup>8</sup>, entre outros.

(8)

- a. O pai obrigou o filho a arrumar as cadeiras.
- b. O Eduardo colocou dois livros na estante.
- c. A Rita pediu um livro ao Pedro.

v. *Predicados quaternários ou de quatro lugares*<sup>9</sup>

Em Português são raros os predicados quaternários. Pertencem a este grupo alguns verbos de movimento, os quais seleccionam um argumento externos e três internos. O primeiro argumento interno tem sido, geralmente, OD e os restantes dois argumentos têm sido OBLs. Os verbos *arrastar, levar, passar, transferir, trazer, traduzir* pertencem a este grupo.

(9)

- a. O Rafael traduziu um livro de alemão para o Português.
- b. A Maria trouxe chicao de Tete para Nampula.

---

<sup>8</sup> Mateus *et al.* (2003) classificam-nos como sendo verbos de três lugares, os que designamos de quatro argumentos.

<sup>9</sup> Sobre os predicados de quatro lugares, veja-se ainda o dicionário de Luft (2003).

c. O Samuel levou um livro de Nampula para Quelimane.

Aqui, é preciso que se sublinhe que não basta que o número de argumentos esteja presente na estrutura frásica. É, sobretudo, essencial que esses argumentos respeitem as propriedades de selecção categorial dos respectivos predicados. O contraste nas estruturas que se seguem prova essa percepção

(10)

a. [<sub>SN</sub> A Albertina] comeu [<sub>SN</sub> uma banana.]

b. [<sub>SN</sub> A Albertina] comeu [ <sub>SP</sub> à banana.]

Repare-se que as duas frases possuem o mesmo predicado *comer* e com o mesmo número de argumentos (um interno e o outro externo). O fenómeno que torna a estrutura em (10 b) agramatical é o facto de não se respeitar as propriedades de selecção categorial do predicado *comer*.

Outro aspecto a considerar, ao caracterizar a estrutura argumental de uma palavra predicativa, é o papel temático ou papel semântico que cada predador tem, o tipo de relação semântica<sup>10</sup> que associa cada argumento à palavra predicativa que o selecciona. “Quando as propriedades de selecção semântica não são respeitadas, a frase é agramatical, mesmo se o número de argumentos e a especificação categorial de cada um deles forem exigidos por tal verbo” (Mateus *et al.*, 2003:187), tal como se pode depreender nas frases abaixo:

(11)

a. [<sub>SN</sub> O Mário] assassinou [<sub>SN</sub> um homem.]

b. [<sub>SN</sub> A tempestade] assassinou [<sub>SN</sub> um homem.]

O contraste destas duas frases deve-se ao facto de o verbo *assassinar*, empregue nas duas orações, exigir um SN/ Suj [+ Hum], ou seja, uma expressão nominal com o papel temático de agente.

---

<sup>10</sup> “As propriedades de selecção semântica do verbo predador são a enumeração dos papéis temáticos que ela atribui aos seus argumentos”. Mateus *et al.* (2003:97).

## 2.4. A NOÇÃO DE OBJECTO DIRETO

Mateus *et al.* (2003:284) definem o objecto directo como sendo o “argumento interno directo de predicadores verbais de dois lugares ou de três lugares cujo papel semântico é Tema.” A função desempenhada por um OD em Faria *et al.* (1996:266) e em Campos & Xavier (1991:177) está associada a uma propriedade morfológica traduzida “nas línguas nominativas-acusativas com a flexão causal através da marcação de caso acusativo”.

Geralmente, a posição de OD, num SV de uma ordem básica, é à direita do verbo. Mas se no SV houver um clítico que desempenhe a função de OI ou se o OD for um SN longo ou complexo ou ainda uma frase complemento, o OD ocorre à direita do OI, como mostram os enunciados que se seguem:

- a. O João comeu (*uma banana*) OD.
- b. A Maria deu-(*lhe*) OI (*um disco*) OD.
- c. A Lurdes contou a (*o Cassamo*)OI (*a confusão que ocorreu ontem no mercado*)OD.
- d. A Vinilda contou a (*o Pedro*) OI (*que a Maria foi viver para Porto*) OD.

É típico que o OD ocorra num SN e sem recurso ao uso de preposição. No entanto, Bechara (1999), Cunha & Cintra (1999) e Mateus *et al.* (2003) entendem que há casos em que o OD é introduzido por uma preposição, a qual pode ser obrigatória ou facultativa. O objecto directo é precedido obrigatoriamente de preposição nas seguintes condições:

- i. Quando o OD é o pronome relativo *quem*<sup>11</sup>:

(12) Encontrei a menina *a quem* a Albertina ajudou.

- ii) Quando o OD é o nome Deus:

(13) Amar *a Deus*.

- iii) Quando o OD é nominalizado à direita:

(14) *A mim*, ninguém me engana, a ele qualquer um consegue.

---

<sup>11</sup> Os exemplos desta parte do trabalho são de Vilela (1999).

iv) Quando houver a coordenação entre um OD pronome átono e um sintagma nominal:

(15) Ele estava a encher-se *a si e à empresa*.

v) Quando a intenção do locutor é desfazer a ambiguidade, tematizando um OD nominal:

(16) *Ao amigo* poucas vezes o viu, mas sentiu sempre a sua presença.

vi) Quando o predicativo ocorre antes de OD:

(17) Ele queria nomear seu assessor *a um dos amigos do pai*.

vii) Nas frases comparativas reduzidas de OD:

(18) Ela estima-os como *a irmãos*.

Para além destes casos, a preposição é ainda usada facultativamente com pronomes indefinidos designativos de pessoa:

(19) Escolhia *a uns* e recusava *a outros*.

## 2.5. A NOÇÃO DE OBJECTO INDIRETO

Ao tentar estabelecer a noção de objecto indirecto, pode optar-se por uma definição generalista como fariam Cunha & Cintra (1999:144), os quais consideram que o objecto indirecto é complemento de um verbo transitivo indirecto, isto é, complemento que se liga ao verbo por meio de preposição. Esta definição parece conduzir-nos à conclusão de que qualquer preposição pode introduzir um OI. Porém, Vilela (1999:363) remete-nos para a noção de que o OI é introduzido pela preposição *a*<sup>12</sup> e eventualmente pela preposição *para*. Para este autor, o OI não ocorre somente com os verbos, mas também com alguns adjectivos como “*obediente, agradável, etc.*”.

Bechara (1999:235) fala de existência de três tipos de objecto indirectos: o objecto indirecto propriamente dito (OI pessoal), o qual, como em Vilela (*op. cit*), é introduzido pelas preposições *a* e *para* como em:

(20) escrevi aos pais<sup>13</sup>;

o complemento partitivo, que é introduzido pela preposição *de*, como em

---

<sup>12</sup> Exemplo: Escrevi uma carta aos meus pais *versus* cf. Escrevi uma carta para os meus pais.

<sup>13</sup> Os exemplos são de Bechara (1999:235).

(21) lembrar-se de alguma coisa<sup>14</sup>

e o complemento de relação, igualmente introduzido pela preposição *de*, como em

(22) ameaçar alguém de alguma coisa.

Os termos a que Bechara (1999:235) chama *complemento partitivo* e *complemento de relação*, chamar-se-ão, mais adiante, *complemento oblíquo*. Sendo assim, é plausível assumir, neste trabalho, que o OI, de facto, é um SN que é introduzido pela preposição *a*<sup>15</sup>.

Para além disso, Heringer & Lima (1987) chamam a atenção para o facto de não ser suficiente que se diga, apenas, que o OI é introduzido pela preposição *a*, porque é necessário que o SN assim introduzido seja substituído pelos pronomes clíticos *lhe*, *lhes*. Os autores referem ainda que a preposição *a* introduz também complementos oblíquos<sup>16</sup>, não sendo estes últimos substituíveis pelos referidos pronomes. Observem-se de seguida os exemplos<sup>17</sup>:

(23)

- a. Todos obedecem *à lei*. OI
- b. Todos *lhe* OI obedecem.
- c. O Juiz condenou o réu *a um ano de prisão*. OBL
- d. O Juiz condenou-*lhe* o réu.

Nestes exemplos, compreende-se facilmente que o constituinte *à lei*, em (23 b) é [-anim], mas é um OI porque pode ser substituído pelo pronome *lhe*. Entretanto, o constituinte *a um ano de prisão*, em (23 c), apesar de ser introduzido pela preposição *a*, não pode ser

---

<sup>14</sup> O complemento partitivo e o complemento de relação são designados como oblíquos em Mateus *et al.* (2003:299).

<sup>15</sup> Sobre a introdução de OI pela preposição *a*, veja-se ainda Duarte (2000) e Joaquim Mattoso Câmara Jr. (2009).

<sup>16</sup> Os autores chamam complementos oblíquos aos complementos preposicionais.

<sup>17</sup> Os exemplos são de Heringer & Lima (1987) e os parêntesis rectos são nossos.

considerado um OI, mas sim um complemento OBL, porque não é pronominalizável por *lhe*.

## 2.6. RELAÇÕES GRAMATICAIS DE OBLÍQUO

Os chamados, pela gramática tradicional, verbos transitivos indirectos podem ser divididos em dois grandes grupos: os verdadeiros transitivos indirectos, como os já descritos, que subcategorizam um SN/ OI, que é [+Hum] e [+Anim] e introduzido pela preposição *a* e os verbos transitivos indirectos que subcategorizam um SN [-Hum] e [-Anim] e que são introduzido por outras preposições. Designa-se a função sintáctica desempenhada por este último SN de oblíquo<sup>18</sup>. Cabem, ainda, nesta última função sintáctica os SADV subcategorizados pelos verbos.

É esta noção que se reflecte na gramática escolar de Matos *et al.* (2010:229), os quais entendem que a noção de oblíquo corresponde ao “grupo preposicional ou grupo adverbial seleccionado pelo verbo, que pode ser substituído por outros grupos preposicionais ou adverbiais”.

Raposo *et al.* (2013:1180) dividem os complementos oblíquos em dois grupos: os complementos oblíquos preposicionados (cf. os exemplos de (24 e) a (24 g)) e os não preposicionados (cf. (24) a (24 d)). Os complementos oblíquos não preposicionados funcionam como quantificadores e são seleccionados por um número reduzido de verbos de medida, tais como: *custar*, *durar*, *medir* ou *pesar*, como a seguir se ilustra de (24a) a (24 d).

(24)

- a. O livro custou 20 *euros*<sup>19</sup>.
- b. O concerto durou *horas*.
- c. A Pista deste estádio mede 4 *km*.
- d. Essa cadeira pesa *muito*.

---

<sup>18</sup> Mateus *et al.* (2003: 294), por exemplo, entende que se chama oblíquas às relações gramaticais que não são centrais. Têm relações gramaticais oblíquas tanto argumentos obrigatórios e opcionais do predador verbal, como adjunto.

<sup>19</sup> Os exemplos são de Raposo *et al* (2013).

- e. A Ana afastou a irmã da *televisão*.
- f. Os deputados insistiram em *que se votasse a lei*
- g. Os deputados insistiram em *votar a lei*

Para estes autores, este complemento pode ser expresso por um sintagma nominal adequado, como os que aparecem de (24 a) a (24 d) ou por um advérbio quantificacional indefinido como *bastante*, *imenso*, *muito*, *pouco*, entre outros, que designam um valor vago, ou indefinido, na escala expressa pelo verbo. Na continuidade, os autores explicam que, embora sejam SNs, os complementos em causa não podem ser considerados objectos directos, porque não podem ser substituídos por um pronome clítico correspondente, neste caso, o pronome clítico *o*, *a*, *os*, *as*.

Os complementos oblíquos preposicionados são então aqueles que são introduzidos por preposições. Esta preposição pode ter como complemento um sintagma nominal (cf. exemplo (24 e)) ou uma oração finita (cf. exemplo (24 f)) ou uma oração infinitiva (cf. exemplo (24 g)).

## 2.7. EM SÍNTESE

Neste capítulo, introduziu-se a noção de léxico. Afirmou-se que o fenómeno de subcategorização verbal assenta no léxico. Definiu-se a subcategorização como sendo um fenómeno que ocorre em categorias lexicais, permitindo que estas categorias seleccionem os argumentos internos com os quais devem ocorrer obrigatoriamente. Disse-se, neste capítulo, que existem cinco tipos de predicados verbais: predicados de zero lugares, de um lugar, de dois lugares, de três lugares e predicados de quatro lugares. Discutiu-se as noções de objecto directo, indirecto e oblíquo. Os complementos (SN) introduzidos pela preposição *a*, substituíveis por *lhe*, *lhes*, designaram-se objecto indirecto; os restantes complementos, introduzidos por outras preposições e que não são substituídos pelos referidos pronomes, foram designados oblíquo. Sublinhou-se que a posição típica de OD é a seguir ao verbo e a posição de OI é a seguir a de OD, em verbos de três lugares, podendo o OI seguir o verbo em predicados de dois lugares. Quando ocorrem na mesma estrutura, o

OD pode trocar de lugar com o OI, sobretudo quando o OD for uma frase longa. O mesmo pode acontecer, quando o OI é um pronome clítico.

### **3. O CORPUS E O TRATAMENTO DE DADOS**

O *corpus* do presente trabalho é constituído por 189.101 palavras, correspondendo a 7.601 estruturas frásicas, extraídas de 34 Relatórios de Conclusão do grau de bacharelato em Ensino do Português na Universidade Pedagógica, Delegação de Nampula, em 2012.

Dos 34 sujeitos informantes, nove são de sexo feminino, que correspondem aproximadamente a 26.%, e os restantes vinte e cinco informantes são de sexo masculino, correspondendo aproximadamente a 73.5% dos informantes.

Para a análise do *corpus*, foi usado o *software Concordancer for Windows*, versão 3, o qual não só permitiu captar os predicados afectados pelos desvios, como também permitiu ter acesso a dados sólidos e rigorosos sobre o contexto de ocorrência de desvios relativos ao fenómeno de subcategorização verbal por parte dos informantes.

Assim, estudou-se o *corpus* a partir de três perspectivas: inserção da preposição, supressão da preposição e substituição da preposição. É importante notar que muitos predicados possuem múltiplas regências. Assim, para o presente trabalho, privilegiou-se o contexto em que um determinado predicado foi usado. Portanto, foi o contexto que forneceu, em alguns casos, a regência adequada, o que permitiu, como se disse, retirar todos os outros contextos não relacionados com o que estava a ser analisado.

Em algum momento, foi necessário confrontar as duas normas, Português Brasileiro e Português Europeu, para conseguir entender a natureza do desvio existente numa determinada frase, uma vez que o PB pode admitir uma determinada regência e o PE não a admitir ou vice-versa. Para tal, recorreu-se ao *Dicionário de Regência Verbal* de Pedro Luft, aos *Dicionários Houaiss e Aurélio* e ao *Prontuário de Verbos com Preposição*.



A quantidade de desvios num determinado *corpus* não é muito relevante num estudo desta natureza. Uma simples ocorrência de desvio ao padrão é denunciadora de um determinado comportamento linguístico que pode ser estudado. Portanto, não se deu muito relevo à quantidade de desvios que um determinado predicado ofereceu, mas sim à tipologia de casos desviantes que cada predicado exibia.

As estruturas analisadas neste trabalho possuíam vários outros desvios que não estavam relacionados com os que se estavam a analisar. Daí que é possível que um determinado exemplo frásico com desvio de subcategorização verbal, possuía, ainda, desvios de outra natureza. Assim, com a excepção dos desvios relativos ao fenómeno de subcategorização verbal, não se consideraram os desvios de outro tipo e registaram-se os exemplos tal como foram produzidos pelos respectivos informantes.

Para a codificação do *subcorpus*, constituído por frase com desvio, adoptou-se o acrónimo PEPEU, que significa Português Escrito Por Estudantes Universitários, seguido por um número, que corresponde à posição da frase no *subcorpus* e pelo ano a que pertencem os relatórios. Como já se fez menção, neste capítulo, todos os relatórios foram apresentados ao Departamento de Ciências de Linguagem, Comunicação e Artes, da Universidade Pedagógica, Delegação de Nampula, para a obtenção do grau de Bacharelato em Ensino do Português, no ano lectivo de 2012, razão pela qual o último número de todas codificações é 12. Assim, há codificações do tipo PEPEU/01/12, PEPEU/02/12, assim por diante.

Tudo o que se referiu até aqui, deixa claro que se optou por um estudo descritivo por ser aquele que melhor se adequa ao estudo elaborado nesta dissertação. Aliás, numa situação em que se procura provar a emergência de uma norma do Português diferente daquela que é, até hoje, usada em Moçambique, o ideal é, primeiramente, procurar descrever as estruturas linguísticas que apresentam desvios em relação à norma, de modo a que se possam encontrar as áreas mais consistentes e generalizadas dessa variante em emergência. Assim, optou-se por descrever a maneira como é que é feita a subcategorização verbal por estes estudantes, embora, em alguns casos concretos, se tenha tentado explicar as possíveis causas de ocorrência de um determinado desvio.

Os informantes deste trabalho são provenientes de sete províncias de Moçambique e possuem como língua primeira uma das línguas de origem bantu. Portanto, são 22 informantes provenientes da província de Nampula, dos distritos de Erate, Lalaua, Rapale, Murrupula e Nacala-Porto, tendo como língua primeira o Emakua; 1 informante é de Niassa, no distrito de Cuamba e tem como língua primeira o Emakua; 2 informantes são da província de Gaza, nos distritos de Chokwe e Mandjakaze e a sua língua primeira é o Xixangana; 5 são provenientes da província de Cabo Delgado, nos distritos de Muedumbe, Montepuez, Nangade e possuem o Shimakode como língua primeira; 2 informantes são da província e cidade de Tete e possuem o Cinyungue como língua primeira; 1 informante é de Quelimane, província da Zambézia e possui o Echuabo como língua primeira. Finalmente, 1 informante é de Gorongosa, província de Sofala e possui como língua primeira o Cisena. Como se pode notar, a maioria dos informantes é proveniente da Província de Nampula e possui o Emakua como língua primeira. A tabela que se segue ilustra a distribuição da variável língua primeira por proveniência.

**Tabela 1: variável Língua primeira por proveniência dos informantes**

<b>Província</b>	<b>Língua falada</b>	<b>Quantidade de informantes</b>
<b>Nampula</b>	Emakua	22
<b>Niassa</b>	Emakua	1
<b>Sofala</b>	Cisena	1
<b>Tete</b>	Cinyungue	2
<b>Cabo Delgado</b>	Shimakonde	5
<b>Zambézia</b>	Echuabo	1
<b>Gaza</b>	Xixangana	2

Todos os informantes revelaram ter aprendido a Língua Portuguesa em contexto escolar e familiar. A sua idade varia entre os 24 e os 57 anos de idade. A tabela que segue ilustra a distribuição da variável idade nestes informantes.

**Tabela n.º 2: distribuição da variável idade pelos informantes**

<b>Idade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>percentagem</b>
<b>24-30</b>	14	41.1%
<b>30-35</b>	11	32.2%

<b>40-45</b>	6	17.6%
<b>50-57</b>	3	8.8% <sup>20</sup>

Como o quadro ilustra, existem catorze informantes que a sua idade está situada entre 24 e 30 anos; há onze informantes com a idade compreendida entre 30 e 35 anos de idade, seis informantes possuem a idade que oscila entre 40 e 45 anos de idade e, finalmente, a idade de três informantes oscila entre 50 e 57 anos de idade.

Assinale-se que, 27 informantes, correspondentes a 79.4%, são professores efectivos de Língua Portuguesa nas várias escolas da província de Nampula e possuem entre 10 e 27 anos de serviço. Uma parte desta percentagem, 30%, fez a 12.ª classe e depois teve um mês de formação para ser docente da Língua Portuguesa; 20.6% dos informantes fez a 9.ª classe e teve uma formação de 3 anos na antiga Faculdade de Educação na Universidade Eduardo Mondlane, num sistema que se designava como 9.ª + 3 anos; os restantes 29.3 % tiveram a formação de 6.ª + 3 anos, sendo formados para leccionar o segundo grau do ensino primário e, depois, foram sendo promovidos até obterem o grau de nível médio, o que lhes conferiu a entrada na Universidade.

Uma parte destes docentes teve acesso à Universidade a partir de um convénio entre o Instituto Camões e a Faculdade de Ciências de Linguagem, Comunicação e Artes da Universidade Pedagógica, que visava formar os professores de língua portuguesa, através do Programa de Formação de Professores de Língua Portuguesa do Ensino Secundário – modalidade semi-presencial; outra parte dos discentes teve acesso à Universidade a partir de um convénio entre o Ministério de Educação e a Universidade Pedagógica, à luz do qual os professores com o nível médio, nos vários subsistemas de ensino têm acesso à Universidade Pedagógica, sem fazer exames de admissão.

Os restantes 7 informantes, correspondentes a 20%, fizeram a 12.ª classe no Sistema Nacional de Educação e depois tiveram acesso à Universidade a partir de Exames de Admissão. Deste grupo, 2 informantes têm como profissão a docência da Língua Portuguesa, os outros 3 informantes tiveram acesso à Universidade a partir de convénios

---

<sup>20</sup> O total é 99,7% por causa dos arredondamentos

entre Universidade e o Ministério da Defesa Nacional (1 caso) e o Ministério do Interior (2 casos). Neste grupo, consideram-se ainda 2 informantes que eram colaboradores do Centro de Língua Portuguesa Instituto-Camões.

Note-se que todos os relatórios foram supervisionados pelos docentes do Curso de Ensino do Português, na Universidade Pedagógica, delegação de Nampula, pelo que, do ponto de vista normativo, se supõe que as estruturas patentes nos relatórios sejam consideradas aceitáveis tanto pelos docentes, como pelos discentes.

### 3.1. O FENÓMENO DE SUBCATEGORIZAÇÃO VERBAL NO PEPEU

Nesta parte do trabalho, apresentam-se, analisam-se e discutem-se os dados colhidos dos informantes. Como se referiu, o *corpus* do presente trabalho é constituído por 189.101 palavras, correspondendo a 7.601 estruturas frásicas, extraídas de 34 Relatórios de Conclusão do grau de bacharelato em Ensino do Português na Universidade Pedagógica, Delegação de Nampula, em 2012.

Tendo em conta o contexto do uso de um determinado predicado, foi formado um *subcorpus* constituído por 15.458 palavras, correspondendo a 399 estruturas frásicas. Estas estruturas correspondem, apenas, aos contextos obrigatórios. A noção de contexto obrigatório refere-se a situações em que a ocorrência de um determinado predicado, com ou sem preposição, é obrigatório. Por exemplo, ao se extrair os contextos do uso do predicado *assistir*, podem surgir três situações, que se ilustram abaixo:

(25)

- a. não tivemos a oportunidade de | assistir | às aulas da professora
- b. As aulas | assistidas | caracterizaram-se pelo uso de diversos
- c. Os estudantes | assistiram | as aulas sem criticar os vários aspectos

Assim, consideraram-se as estruturas em (25 a) e em (25 c), como as que estão em contextos obrigatórios, uma vez que, naquelas circunstâncias, o verbo *assistir* pede que o complemento oblíquo seja introduzido pela preposição *a*. A frase em (25 a) é considerada correcta por obedecer à norma e a frase em (25 c) é classificada como um desvio, uma vez que transgride a norma do PE, que é padrão em Moçambique. Considerou-se contexto não

obrigatório a frase como exemplificado em (25 b). Repare-se que, embora seja considerada correcta a estrutura frásica em (25 b), não foi colocada no grupo de *entradas correctas*, uma vez que ocorre um adjetivo que foi formado a partir do verbo *assistir* e que, apesar de ser seleccionado pelo *software*, não constitui o objecto de estudo deste trabalho.

Das 399 estruturas frásicas em contextos obrigatórios, 147, que correspondem a 36.8%, apresentam desvios em relação ao PE, e as restantes 252 estruturas, correspondentes a 63.1% das ocorrências, possuem predicados que obedecem às regras gramaticais do PE.

Os três fenómenos linguísticos que estão na origem de mudança de grelha de subcategorização verbal e que vão ser objecto de análise neste trabalho, são, como se referiu: a inserção, a substituição e a supressão da preposição. O primeiro fenómeno refere-se à inserção da preposição em contextos em que o PE não o permite, caso que corresponde a 29.4% das ocorrências. O segundo fenómeno refere-se à substituição de uma determinada preposição por outra, correspondendo a 19.1% das ocorrências, e, por último, o terceiro fenómeno refere-se à supressão da preposição em situações em que, no PE, o seu uso é obrigatório. Este último fenómeno é o que oferece ao *corpus* grande parte das ocorrências, correspondendo a 49.7%<sup>21</sup>. A tabela que se segue ilustra como estão distribuídas as variáveis de inserção, omissão e substituição de preposição, de uma forma global, *no corpus*.

**Tabela 3: Tipologia de entradas desviantes no *corpus*, por percentagem**

<b>Fenómenos</b>	<b>Percentagem</b>
<b>Inserção da preposição</b>	29.4%
<b>Substituição da preposição</b>	19.1%
<b>Supressão da preposição</b>	49.7%

Estes três fenómenos linguísticos, como se pode ver mais adiante, fazem com que a subcategorização verbal do Português escrito pelos estudantes de Língua Portuguesa, em Nampula, seja distinta do fenómeno de subcategorização verbal do PE. Recorde-se que o

<sup>21</sup>O total é 99, 2% por causa dos arredondamentos

PE continua a ser o padrão usado em Moçambique, embora haja muitos estudos que provam que o Português falado neste território se distancia do falado em Portugal.

### 3.1.1. A SUBCATEGORIZAÇÃO DE SN COMO OI/OBL: a inserção de preposição

Nesta parte do trabalho, pretende-se fazer a análise do fenómeno de subcategorização verbal, mostrando que, no emergente no Português de Moçambique, certos predicados, sobretudo de três lugares, que no PE subcategorizam um SN/OD e um OI/OBL, seleccionam, nestes informantes, um OI e um OBL, desviando-se, deste modo, do PE.

Considerem-se, de seguida, as seguintes construções frásicas:

(26) dotar; x dotar y de w

a. conhecer o meio que lhe espera, por estas | dotarem | ao estudante de técnicas especificamente PEPEU/29/12

PE: estas *dotarem* o estudante de técnicas especificamente

b. para o futuro professor, visto que elas | dotam | de ferramentas essenciais PEPEU/30/12

PE: elas *dotam* o aluno de ferramentas

c. o futuro professor, visto que, | dota | de ferramentas essenciais PEPEU/31/12

PE: visto que *dota* o aluno de ferramentas essenciais

O fenómeno que se manifesta nas estruturas em (26 a) caracteriza-se pela inserção da preposição *a*. Ora, a gramática do PE e do PB estranha tal ocorrência, pois, em condições normais, o Caso acusativo é atribuído, nestas gramáticas, pelo verbo, ao SN, sem a inserção de preposição.

É interessante notar em que, nestas estruturas, a preposição *de*, que ocorre normalmente com o verbo dotar, no PE, atribuindo o Caso oblíquo, é legítima, no PEPEU, como o é no PE, já que não sofre nenhuma alteração. Porém, parece que o que é estranho para estes falantes é a ocorrência do SN/acusativo, logo a seguir ao verbo. Daí que, nas estruturas

frásicas em (26 b) e (26 c), o SN/acusativo tenha sido suprimido, mas tenha continuado na frase o SP, introduzido pela preposição *de*.

Em Mateus *et al.* (2003), o verbo *dotar*, em (26), enquadra-se no grupo de predicados que determinam o esquema relacional do tipo SU V OD OBL, os quais possuem, por sua vez, a seguinte grelha de subcategorização verbal [-SN SN], sendo ao segundo SN atribuído o Caso oblíquo pela preposição *de*.

Já o predicado *integrar*, a seguir, apesar de possuir a mesma grelha de subcategorização verbal que o predicado *dotar*, tem um comportamento sintáctico bem diferente deste predicado, como se pode notar:

(27) Integrar; x integrar y em w

O estágio visa | integrar | progressivamente ao futuro professor em contexto concreto de Ensino e Aprendizagem. PEPEU/27/12

PE: O estágio visa *integrar* progressivamente o futuro professor em contexto

O predicado *integrar*, possui a mesma grelha de subcategorização do predicado *dotar* e exhibe o mesmo esquema relacional. A diferença entre estes dois predicados reside no facto de que, enquanto que o oblíquo do predicado *dotar* é introduzido pela preposição *de*, o oblíquo do predicado *integrar* é introduzido pela preposição *em*.

Se nos dois primeiros casos, as preposições *de* e *em* eram as únicas a introduzir o oblíquo, no PE, nas estruturas frásicas que se seguem, este complemento, na mesma gramática, é introduzido somente pela preposição *a*.

(28) Incentivar; x incentivar y a w

a. o acompanhamento das actividades, como também | incentiva | aos alunos a terem gosto pela leitura PEPEU/32/12

PE: *incentiva* os alunos a terem

b. Este trabalho, que pretende | incentivar | para a existência e o uso do material didáctico. PEPEU/33/12

PE: *incentivar* alguém a...

(29) Ajudar; x ajudar y a w

a. A PP I tinha como objectivo | ajudar | ao estudantes a conhecer a realidade da escola em geral, de salas de aulas e o processo de ensino e aprendizagem.

PEPEU/11/12

PE: objectivo *ajudar* o estudante a conhecer

b. distinguindo-se através da presença de diferentes cores o que | ajuda | ao aluno a identificar facilmente a unidade e subunidade

PEPEU/12/12

PE: o que *ajuda* o aluno a identificar

(30). Obrigar; x obrigar y a w

a. Que o professor deve | obrigar | aos alunos a fazerem cópias de textos avaliar os seus cadernos diários exigindo a escrita bem legível, regras de limpeza e folha.

PEPEU/24/12

PE: deve *obrigar* os alunos a fazerem

b. mas essas perguntas e postura dos alunos | obrigavam | ao praticante a estudar mais.

PEPEU/25/12

PE: alunos *obrigavam* o praticante a estudar mais

c. num universo de 87, facto este que | obrigava | ao professor a planificar para a área de leitura em 3 aulas.

PEPEU/26/12

PE: este que *obrigava* o professor a planificar

As estruturas em (28), (29) e (30) possuem predicados com dois complementos tal como os predicados patentes em (26) e em (27), particularmente, os verbos *incentivar*, *ajudar* e *obrigar* que subcategorizam, no PE, um SN/acusativo e um SN/ dativo<sup>22</sup>. A diferença entre estes predicados e os patentes em (25) e em (27) reside no facto de que, enquanto em (26) e em (27) o segundo argumento interno é introduzido pela preposição *de* e *em* respectivamente, o segundo argumento interno das estruturas em (28), (29) e (30) é introduzido pela preposição *a*. Estes predicados são considerados por Cunha & Cintra (1999) como sendo simplesmente verbos bitransitivos.

Há dois fenómenos que se impõem na análise destes predicados: o primeiro manifesta-se

---

<sup>22</sup> Sobre a ocorrência destas estruturas no Português Universitário, veja-se ainda o trabalho de Siopa (2005)



quando o primeiro argumento interno subcategorizado pelos predicados é [+Hum] e caracteriza-se pela inserção da preposição *a* junto a um SN que, no PE, receberia o Caso acusativo. Assim, no PEPEU, este argumento passa a ser um OI/dativo, recebendo o Caso da preposição *a*. Nestas condições, o segundo argumento interno dos predicados continua a ser, igualmente, um OI/dativo que é, naturalmente, introduzido pela preposição *a*, e assume a forma da frase não finita, como se pode verificar com o predicado em (28 a), (29 a), (29 b), 30 a), (30 b) e (30 c).

O segundo fenómeno manifesta-se quando o primeiro argumento interno destes predicados não é [+Hum] e caracteriza-se pela inserção de uma preposição diferente de *a*, como a preposição *de* patente nas estruturas (26 b) e (26 c) ou como a preposição *em* patente em (27).

Assim, pode-se afirmar que o processo de inserção da preposição em verbos de três lugares gera dois tipos de esquemas relacionais:

- (i) SU V OI OI
- (ii) SU V OBL.

Já que o primeiro argumento no esquema relacional SU V OI OI é [+Hum] e recebe o Caso dativo, parece ser possível, nas produções escritas destes informantes, ocorrerem estruturas do tipo:

(31)

- a. o acompanhamento das actividades, como também | incentiva |-lhes a terem gosto pela leitura<sup>23</sup>
- b. A PP I tinha como objectivo | ajudar |-lhes a conhecer a realidade da escola em geral, de salas de aulas e o processo de ensino e aprendizagem.

---

<sup>23</sup> As frases em (30) foram manipuladas a fim de se atestar a ocorrência dos respectivos predicados com o pronome clítico *lhe*

c. Que o professor deve | obrigar |-lhes a fazerem cópias de textos avaliar os seus cadernos diários exigindo a escrita bem legível, regras de limpeza e folha.

Como se pode depreender, as construções acima são estranha, no PE, uma vez que o lugar ocupado pelo pronome átono *lhes* é reservado aos pronomes com a função de acusativo. Assim, no PE, são possíveis, com os mesmos predicados, estruturas frásicas como as que foram reescritas em (32)

(32)

- a. o acompanhamento das actividades, como também os *incentiva* a terem gosta pela leitura
- b. A PP I tinha como objectivo ajudá-los a conhecer a realidade da escola em geral, de salas de aulas e o processo de ensino e aprendizagem.
- c. Que o professor deve obrigá-los a fazerem cópias de textos avaliar os seus cadernos diários exigindo a escrita bem legível, regras de limpeza e folha.

Como se pode depreender, nos dois esquemas relacionais SU V OI OI e SU V OBL, o predicado não atribui qualquer Caso a nenhum argumento, uma vez que os dois argumentos internos recebem Caso dativo e oblíquo das preposições *a*, *para* e *em*.

A propósito das construções frásicas com verbos de três lugares, envolvendo a preposição *a*, Gonçalves (1989) (1996a:38-39), (1996b:314) denuncia, no emergente PM, a ocorrência de frases do tipo:

(33)

- a. PM: Era o comandante a | explicar | o tal major a situação militar<sup>24</sup>  
PE: *explicar* ao tal major
- b. PM: | Demonstrou | as outras mulheres o papel do destacamento feminino<sup>25</sup>  
PE: *Demonstrou* às outras mulheres

---

<sup>24</sup> Frases de Gonçalves (1996a: 38- 39) e (1996b:314)

O fenómeno exemplificado em (33) parece que não se manifesta nos informantes do PEPEU. Pelo contrário, ocorre, nestes informantes, o fenómeno de duplo objecto indirecto. É provável que esta diferença seja justificada pelo tipo de *corpus* e pelo nível de instrução dos informantes, uma vez que os informantes de Gonçalves (1996a:38-39), por exemplo, possuem pelo menos nove anos de escolaridade e o *corpus* é oral e escrito. Assim sendo, é possível que estas estruturas frásicas correspondam a um determinado estágio da evolução da Língua Portuguesa em Moçambique, se tivermos em conta que os informantes de Siopa (2010), que também são estudantes universitários, não produziram igualmente estruturas frásicas desta natureza.

Em todo o caso, constitui um dado adquirido o facto de a preposição *a* oferecer muitas dificuldades no seu uso para os aprendentes da Língua Portuguesa como L2. Os dados avançados por Leiria (2006:310), segundo os quais, os estudantes franceses, espanhóis, alemães, suecos e chineses de Português L2 apresentam um maior número de desvios no uso da preposição *a* (41%), sustentam a posição que se assume nesta Dissertação. Leiria (2006) explica, apoiando-se nos trabalhos de Gonçalves (1989) e (1996a) que o fenómeno de incorporação da preposição *a* junto a um SN/acusativo, é consequência de esta preposição ter perdido o seu papel de introdutor do dativo, passando a ser um marcador relacionado com a semântica do complemento seleccionado pelo verbo.

Recorde-se, aqui, que Gonçalves (1989:82), para legitimar esta hipótese usa os seguintes argumentos:

- I. Nas línguas bantas são legítimas as construções de duplo objecto, nas quais, como se viu, um SN recebe Caso estrutural do verbo e o outro recebe o Caso inerte<sup>26</sup>;
  - II. E, por outro lado, os constituintes do Português europeu são tipicamente [+ Hum];
- Pode supor-se que os falantes não interpretam a preposição *a* como um marcador casual, mas antes como meio lexical associado a argumentos internos [+Hum], quer estes tenham OI ou OD

---

<sup>26</sup> Distingue-se entre o Caso estrutural – acusativo e nominativo atribuído em estrutura-S e o Caso inerente, atribuído em estrutura-P. Este incluiria o Caso oblíquo atribuído pelas preposições e também o Caso genitivo, atribuído pelos nome e Adjectivos. O caso inerente estaria associado a marcação- $\theta$ , enquanto que o Caso estrutural não (ver, entre outros, Ambar (1992:165)).

Mas adiante, a autora refere, ainda, que “para estes falantes, os constituintes OI e OD [+ Hum] do Português Europeu parecem ser equiparados semanticamente e a preposição *a* constitui o instrumento lexical que assinala, estruturalmente, essa equiparação semântica”.

Ora, parece que a hipótese de que a inserção de preposição *a* junto do SN/acusativo seja originada por os informantes possuírem uma língua bantu como primeira, no Português, não é suficientemente plausível para explicar o fenómeno de inserção desta preposição em *SN* que ocupam a posição de acusativo, se se tiver em consideração que os informantes de Leiria (2006), por exemplo, que não possuem uma língua bantu como primeira, também inserem a preposição *a* junto aos *SNs*/acusativos.

Por outro lado, se os falantes do PM incorporassem esta preposição por o OI e o OD serem equiparados semanticamente, então este fenómeno, o da inserção da preposição *a* junto a um argumento acusativo, não iria ocorrer, somente, em construções frásicas que envolvem um verbo transitivo directo e indirecto e do mesmo modo os informantes não iriam suprimir a preposição em frases como em (34):

(34)

a. durante o estágio pedagógico, visto que, | assistiu | as nossas aulas, deu algumas consideração PEPEU/41/12

PE: *assistiu* às nossas aulas)

b. tivemos a oportunidade de | assistir | Professor Macário Augusto PEPEU/60/12

PE: *assistir* ao Professor Macário Augusto)

As frases em (34) serão objecto de análise desenvolvida mais adiante. No entanto, repare-se que, nestas construções, o argumento mais próximo ao verbo é [+ Hum], daí que, tendo em conta a hipótese levantada por Gonçalves (1989) e (1996a), este argumento deveria ser introduzido pela preposição *a*, como o é no PE.

Assim, faz sentido a posição assumida por Siopa (2010:79), segundo a qual, independentemente da origem dos desvios, a área de regência verbal, na Língua Portuguesa, “contém traços pouco salientes que podem não ser facilmente captados por

falantes que não têm esta língua como L1.” É importante, aqui, recuperar os contextos em que esta preposição é usada no PE:

(35)

- i) a Albertina ofereceu um livro a [a Rosa] *alvo*
- ii) a Florentina enviou um livro a [a Carolina] *alvo/ benefectivo*
- iii) a Teresa alugou a casa a [a Josina] *fonte/benefectivo/alvo*
- iv) a Atália aceitou a informação a [a Mariana] *fonte/benefectivo*
- v) a Catarina chegou a [a Beira] *lugar*
- vi) a professora mandou ler o artigo a [os alunos] *agente/ benefectivo*
- vii) esta matéria interessa a [ao Paulo] *experienciador*
- viii) a Luisa fez um bolo a [a irmã] *benefectivo*
- ix) o Paulo cortou o cabelo a [a Rosa] *posse inalienavel/benefectivo*
- x) amar a [Deus] *tema*
- xi) o Vicente obedeceu a [os pais] *tema*.

Siopa (2010:79) refere que “esta multiplicidade de contextos de utilização e de papéis temáticos conferem à preposição *a* um carácter pouco transparente, o que dificulta a sua utilização conforme a norma, sobretudo por falantes que não têm o Português como L1.”

Uma outra explicação que parece ser plausível é a defendida por Gonçalves (2005:53), segundo a qual “as mudanças paramétricas que se registam no PM estão relacionadas com o facto de que, quando esta língua é adquirida por falantes com L1 bantu, o *input* gerado pela gramática do PE contém ambiguidades, isto é, contém ‘deixas’ que validam a fixação desses novos traços gramaticais.”

Os predicados que foram analisados até aqui são todos de três lugares. A inserção de preposição em SN/acusativo acontece também, embora seja raro, com verbos de dois lugares, os verbos transitivos directos. É interessante verificar que a preposição *a*, que foi a mais usada em estruturas com predicados de três lugares, parece não ser ‘fértil’ para atribuir o Caso acusativo, quando o verbo for, apenas, de dois lugares. Veja-se, a seguir, as estruturas frásicas em (36), (37) e (38):

(36) Abordar; x abordar y

a. finalmente | aborda | sobre o problema encontrado durante o estágio pedagógico «Dificuldade da Oralidade. PEPEU/01/12

PE: finalmente *aborda* o problema

b. O autor deste relatório, que pertenceu ao 5º grupo, teve a sorte em | abordar | sobre a organização da escola na área pedagógica. PEPEU/03/12

PE: sorte em *abordar* a organização

c. Relativamente a estes aspectos, | abordaram | -se sobre os objectivos gerais e específicos PEPEU/04/12

PE: *abordaram-se* os objectivos

d. exigidas de acordo com o regulamento do ensino secundário no artigo “7”que | aborda | acerca da classificação das escolas. PEPEU/02/12

PE: que *aborda* a classificação

(37). Distar; x distar y

a mesma | dista | a 300 metros de estrada nacional nº 08, no troço Nampula-Nacala Porto, em direcção ao Complexo turístico QUINTA NASA. PEPEU/30/12

PE: a mesma *dista* 300 metros de estrada nacional)

Nas construções frásicas em (36), houve a inserção espúria das preposições *acerca de* em (36 d) e *sobre* nos restantes exemplos de (36). O fenómeno de inserção da preposição *a* junto ao predicado *distar*, em (37) parece não ser novo no Português, uma vez que Peres & Mória (1995: 132) reportam casos semelhantes no PE, como o que a seguir se apresenta:

(38)

Em Tangil não há capacidade de alojamento (...). Artur Agostinho referiu ainda que existem professores hospedados em Monção, que *dista a 15 quilómetros*<sup>27</sup>

Os predicados *abordar* e *distar*, no PE, são transitivos directos e ocorrem sem preposição, possuindo o esquema relacional SU V OD, sendo a inserção da preposição totalmente estranha ao PE.

A seguir, apresenta-se, em tabela, os predicados que foram analisados e a sua frequência no *corpus*.

**Tabela 4: Inserção da preposição no PEPEU**

Verbo	Preposição inserida	Contextos obrigatórios	Uso correcto		Uso desviante	
			Freq.	%	Freq.	%
<b>abordar</b>	sobre, acerca de	29	20	68.9	9	31
<b>ajudar</b>	a	38	24	63.1	14	36.8
<b>obrigar</b>	a	7	4	50	3	42.8
<b>incentivar</b>	a	9	7	77.7	2	22.2
<b>integrar</b>	a	18	17	94.4	1	5.5
<b>distar</b>	a	2	1	50	1	50
<b>dotar</b>	a	9	6	66.6	3	33.3
<b>Total</b>		112	79	69.9	33	29.4

A tabela 4 ilustra que a preposição mais usada é *a*, e que ocorre em predicados de três lugares. As preposições menos frequentes são *sobre* e *acerca de*, que ocorreram com um único verbo de dois lugares, no *corpus*. Pode verificar-se igualmente que o predicado *ajudar* é o que mais oferece entradas obrigatórias e, consequentemente, o maior número de entradas com desvios, e os predicados *distar* e *integrar* são os que oferecem, no *corpus*, o menor número de entradas desvio. De uma forma global, pode-se dizer que o fenómeno de inserção da preposição, num total de 7 predicados, ocorreu em 112 contextos obrigatórios, que resultaram em 33 entradas desviantes. Passa-se, a seguir, a analisar o processo de supressão da preposição.

<sup>27</sup> Acrescentou-se o itálico ao texto original.

### 3.1.2. SUBCATEGORIZAÇÃO DE SN COMO OD: supressão da preposição *a*

Analisa-se, neste subcapítulo, os verbos transitivos indirectos que, em Mateus *et al.* (2003) possuem, no PE, o esquema relacional *SU V OBL*. Nas produções escritas destes informantes, estes verbos seleccionam o esquema relacional *SU V OD*, ou seja, no PEPEU, estes verbos subcategorizam um SN/acusativo ao invés de um SN introduzido por uma preposição, como rege o PE. Esta variável é a que produziu o maior número de entradas com desvio neste trabalho. Enquanto o processo de inserção de preposição acontece, geralmente, com os verbos de três lugares, o fenómeno de supressão ocorre com verbos de dois lugares que, por via de regra, no PE, ocorrem com uma preposição.

Considerem-se, de seguida, as estruturas frásicas em (39):

(39) Assistir; x assistir a y

a. No período em referência | assistimos | duas aulas leccionadas pela professora PEPEU/38/12

PE : *assistimos* a duas aulas

b. tivemos a oportunidade de | assistir | três aulas, da 9ª classe “A”, PEPEU/39/12

PE: *assistir* a três aulas

c. tivemos a oportunidade de | assistir | a aula do colega Seba no dia 05 de Julho PEPEU/40/12

PE: de *assistir* à aula

d. durante o estágio pedagógico, visto que, | assistiu | as nossas aulas, deu algumas consideração PEPEU/41/12

PE: *assistiu* às nossas aulas

O verbo *assistir* parece ser o que mais apresenta uma certa estabilidade no seu uso, como transitivo directo, no emergente PM, em circunstâncias em que o PE regula que seja usado como transitivo indirecto. Ou seja, dificilmente os falantes do PM usam este verbo acompanhado por preposição.



Por outro lado, no caso do verbo *assistir*, em particular, faz sentido a hipótese adiantada por Gonçalves & Chimbutane (2003:2), entre outros, segundo a qual “o conhecimento da gramática das LBs por aprendentes de Português como língua segunda (L2) interfere no processamento do *input*, dando origem a uma nova gramática do Português”, pois o verbo *assistir*, usado na acepção de *ver*, nas línguas bantu faladas em Moçambique, é transitivo directo, o que, de facto, pode influenciar na fixação de um parâmetro diferente do PE, como ilustram as estruturas em Cinyungue e Xitswa abaixo:

(40)

(a) ndikhaona mpira. (Cinyungue)

Ndi -khaona mpira

Estar pert- imp – assistir bola

PM: Estava a assistir futebol

PE: Estava a assistir ao futebol

(b) Andzoonabola (Xitswa)

A -ndzoonabola

Estar pert –imp – assistir bola

PM: estava a assistir futebol

PE: estava a assistir ao futebol

Em (40) estão patentes os predicados *kuhona*, que tanto em Cinyugue, como em Xitswa significam *ver*. Os exemplo ilustram que, nestas línguas, no lugar de se usar o predicado *assistir*, naqueles contextos, os falantes optam, muitas vezes, por usar o predicado *ver*, que no PE possui uma regência diferente da do predicado *assistir*. Em Xitwsa, é possível usar-se, em algumas variantes, o predicado *kubukela*, que significa *assistir*. Mas tanto o predicado *kubukela* como o predicado *kuhona* ocorrem, nas respectivas línguas, como transitivos directos, isto é, entre o predicado e o sintagma nominal não ocorre nenhuma preposição. É possível que os informantes, por acharem que o predicado *ver* é sinónimo do predicado *assistir* apliquem a mesma regra, a de generalização, para os dois predicados, como uma estratégia de aquisição da língua alvo que, neste caso, é a Língua Portuguesa. Assim, faz sentido a explicação dada por Peres & Mória (1995:108), segundo a qual “a

utilização irregular de determinadas preposições com um dado predicado parece ter frequentemente origem na possibilidade de utilizar essas mesmas preposições com predicados que lhe são semelhantes ou de algum modo próximos”. Porém, se esta hipótese dada por Peres & Moia (1995) pode explicar o fenómeno da supressão da preposição que ocorre com o predicado *assistir*, como se explicaria, então, a supressão da preposição nos predicados *obedecer* em(41), *pertencer* em(42), *corresponder* em (43), *responder* em (44), *referir-se* em (45), *chegar* em (46), *recorrer* em(47) que, a seguir, se exemplificam?

(41). Obedecer; x obedecer a y

a. aula da língua portuguesa deve | obedecer | as cinco áreas linguísticas  
PEPEU/76/12

PE: *obedecer* às cinco áreas linguísticas

b. Assim, este relatório | obedece | a seguinte estrutura PEPEU/77/12

PE: *obedece* à seguinte estrutura)

(42). Pertencer; x pertencer a y

a. No entanto os pontos fracos deixaram de | pertencer | a classe de pontos fracos PEPEU/88/12

PE: *pertencer* à classe de pontos

b. a escola e não é pertença da escola, ele | pertence | a EDM e a escola utiliza PEPEU/89/12

PE: *pertence* à EDM

(43). Corresponder; x corresponder a y

a. outros merecem ser revisto para melhor | corresponder | o PEA.  
PEPEU/90/12

PE: *corresponder* ao PEA

b. aprendizagem, com vista a | corresponder | os objectivos mais gerais deste processo PEPEU/91/12

PE: *corresponder* aos objectivos

(44). Responder; x responder a y

a. com o nível de escolaridade da classe, e | respondem | os objectivos propostos no programa PEPEU/115/12

PE: | respondem | aos objectivos propostos

b. Os alunos | respondem | as perguntas relacionadas com a situação PEPEU/105/12

PE: *respondem* às perguntas)

(45). Chegar; x chegar a y

a. A partir das respostas dadas, | chegamos | a conclusão que Nos tempos livres PEPEU/122/12

PE: *chegamos* à conclusão

b. crianças e a sua aprendizagem permitiram | chegar | a enumeração de PEPEU/124/12alguns princípios: PEPEU//12

PE: *chegar* à enumeração)

(46). Recorrer; x recorrer a y

a. e dos factos, o trabalho foi enriquecido | recorrendo | a consulta bibliográfica. PEPEU/127/12

PE: *recorrendo* à consulta bibliográfica)

b. Para a materialização deste relatório | recorreremos | a revisão bibliográfica PEPEU/128/12

PE: *recorremos* à revisão bibliográfica)

O verbo *obedecer*, em (41 a) e (41 b), tal como o verbo *assistir*, subcategoriza, no PE, um SN introduzido pela preposição *a*. No PEPEU, há caso em que a preposição que introduz o SN é omitida, gerando, deste modo, uma estrutura na qual o verbo *obedecer* subcategoriza um SN/acusativo. Como o verbo *assistir*, o verbo *obedecer* também já se mostra estável no emergente PM. As mesmas características exibidas pelo verbo *obedecer*, manifestam-se nos verbos *pertencer* em (42), *corresponder* em (43), *responder* em (44), *chegar* em (45) e *recorrer* em (46) que são acompanhados, no PE, pela preposição *a*, a qual introduz um SN oblíquo ou OI. No PEPEU, essa preposição cai, gerando estruturas que os referidos

predicados subcategorizam um SN com a função de OD, distanciando-se, deste modo, do PE.

Uma característica comum a estes verbos diz respeito ao facto de, nas línguas bantu, não ocorrerem com a preposição, ou seja, todos estes predicados, nas línguas bantu faladas em Moçambique, ocorrem sem a preposição. Então, finalmente, faz sentido pensar-se que estes desvios sejam motivados pelo facto de estes informantes possuírem uma L1 bantu, uma vez que, tal como se defende em diversas teorias de aquisição da linguagem, a L1, por vezes, serve de base à aquisição da L2. Assim sendo, faz, igualmente, sentido deduzir-se que, no acto de aprendizagem da língua portuguesa, estes informantes transferiram as estruturas das línguas bantu para o Português.

Na tabela 5, estão patentes os tipos de predicados que foram afectados pela variável omissão de preposição, a preposição afectada e os contextos de uso obrigatório da preposição. São, ao todo, 7 predicados que estão afectados pela variável omissão da preposição nestes informantes.

**Tabela 5: supressão da preposição no PEPEU**

Verbo	Preposição afectada	Contextos obrigatórios	Uso correcto		Uso desviante	
			Freq.	%	Freq.	%
assistir	a	55	14	25.4	41	74.5
chegar	a	26	21	80.7	5	19.2
corresponder	a	45	35	72.9	10	22.2
obdecere	a	16	3	18.7	13	81.2
pertencer	a	10	8	72.7	2	20
recorrer	a	15	12	16	3	25
responder	a	26	4	13.7	22	84.6
Total		193	97	50.2	96	49.7

A tabela 5 ilustra que o fenómeno de supressão da preposição ocorre com a preposição *a* e em predicados de dois lugares. A tabela ilustra, igualmente, que o predicado *assistir* é o que oferece mais entradas obrigatórias e, consequentemente, o maior número de entradas com desvios, 74.5% e o predicado *pertencer* é o que oferece, no *corpus*, o menor número de entradas. De uma forma global, pode-se dizer que o fenómeno de supressão da preposição ocorreu em sete predicados, que geraram um total de duzentos e oito contextos

obrigatórios, que resultaram em noventa e seis entradas desviantes, que correspondem a 49.7%. Passa-se, a seguir, a analisar o processo de substituição da preposição.

### 3.1.3. A SUBCATEGORIZAÇÃO DE SN COMO OBL: substituição da preposição

Neste subcapítulo, analisa-se o processo de substituição da preposição nos predicados que possuem uma grelha de subcategorização [- SN], sendo o SN um oblíquo introduzido por uma preposição. Em Mateus *et al.* (2003), estes verbos possuem um esquema relacional do tipo SU V OBL. Vejam-se, a título de exemplo, as frases em (46) e (47), (48) e (49):

(47). Colaborar; x colaborar com y

a. ter trabalhado com eles, pois os alunos | colaboravam | *na* turma em plena aula. PEPEU/130/12

PE: *colaboravam* com o professor na turma em plena aula

b. Este trabalho, que pretende | colaborar | *sobre* a importância da existência e uso PEPEU/131/12

PE: *colaborar* com... a importância da existência

O predicado *colaborar*, no PE, no contexto em (47) ocorre, normalmente, com a preposição *com*. Nas estruturas em (47), os informantes substituíram esta preposição pela preposição *sobre*, gerando estruturas agramaticais. Lembrem-se que este predicado, no PE, ocorre igualmente com a preposição *em*, mas não naquele contexto. Se se reparar nas estruturas em (47), pode-se perceber facilmente que, quando ocorre o fenómeno de substituição da preposição, cai, igualmente, o respectivo complemento oblíquo, gerando uma estrutura em que o lugar do complemento oblíquo é saturado por adjunto adverbial. Em outras palavras, nestas estruturas, cai todo um complemento oblíquo (prep + SN), que é substituído por um adjunto adverbial (prep + SN) estranho ao PE

(48) Referir-se; x referir-se a y

a. E por ultimo me | referir | de alguns aspectos que influenciam PEPEU/136/12

PE: me *referir* a alguns

b. Como acima nos | referimos | sobre a definição das orações subordinadas  
PEPEU/137/12

PE: nos *referimos* à definição das orações subordinadas

c. um dinamismo na actuação na sala de aula | referimo | -nos no domínio da  
turma e outros PEPEU/138/12

PE: aula *referimo-nos* ao domínio da turma e outros

(49) Adequar; x adequar a y

a. mas deve se escolher as que mais se | adequam | com as actividades  
PEPEU/144/12

PE: *adequam* às actividades

b. cabe ao professor | adequar | com a matéria em referência PEPEU/145/12

PE: *adequar* à matéria em referência)

(50) Chegar; x chegar a y

a. estagiário é pior ainda, até que | chegam | de alegarem doenças, faltas  
desnecessárias PEPEU/142/12

PE: | chegam | a alegarem doenças,

b. |Chegaram | no fim do ano PEPEU/143/12

PE: *Chegaram* ao fim do ano

Em (48), (49) e em (50) estão patentes os verbos, *referir-se*, *adequar* e *chegar* que, no PE, ocorrem com a preposição *a*, a qual introduz um SN/OBL. Nos nossos informantes, o tal SN/OBL ocorre com as preposições *em*, *com*, *de*, e *sobre* o que origina agramaticalidades nas estruturas em que estiverem inseridas, de acordo com o PE. O predicado *referir-se*, neste subcapítulo, é o único que, embora mantenha o mesmo esquema de subcategorização verbal, a substituição ocorre com três tipos de preposições: *de*, *sobre* e *em*. É possível que tal fenómeno deva-se ao facto de a substituição da preposição *a* por estas preposições não estar ainda estabilizada.

Um outro fenómeno também comum no Português Oral de Maputo (POM), Português Oral de São Tomé (POST) e no PB é a ocorrência, sobretudo, no Português oral, das estruturas

em que o verbo *chegar* ocorre com a preposição *em*. Veja-se, por exemplo, a estrutura em (50b):

Vários são os estudos feitos por Gonçalves que tentam mostrar a ocorrência deste fenómeno no POM. O que era suposto é que, sendo os nossos informantes portadores de uma suposta norma culta do Português, tivessem atingido um estágio de superação deste problema, porque grande parte dos falantes do Português que usa estas estruturas é não instruída, logo o problema não é só oral, como se pode notar, o que aponta para uma não estabilização do desvio.

Aqui, vale a pena recordar que o verbo *chegar*, em (50), quando indica movimento ocorre também com a preposição *a* e *de*, como em (51):

(51)

- (a) O João chegou de Nampula.
- (b) A Maria chegou ao porto pontualmente.

Mas quando esse verbo é usado como um verbo preceptivo, como em (50 a), o predicado ocorre com a preposição *a*.

No POM é, com os verbos movimento como *passar e ir*, possível ocorrer igualmente a substituição da preposição em frases do tipo:

(52)

- a. Vou *no* mercado.
- b. Vou *para na* sua casa.
- c. Vou *na* machamba
- d. Amanhã, muito cedo, passo *da* tua casa.

No PEPEU frases deste tipo não foram registadas. Uma explicação plausível da ausência destas estruturas frásicas no PEPEU pode estar assente no facto de a sua ocorrência ser

mais frequente na oralidade e em falantes do Português com o nível de formação escolar baixo.

A tabela 6, que a seguir se apresenta, ilustra a frequência e o tipo de substituições de preposições nas estruturas analisadas. Nestes informantes, são principalmente 4 verbos que exibem um quadro de subcategorização verbal diferente do PE.

**Tabela 6:** substituição de preposições no PEPEU

Verbo	Preposição afectada	Preposição substituta	Contextos obrigatórios	Uso correcto		Uso incorrecto	
				Freq.	%	Freq.	%
<b>adequar</b>	a	com	42	39	92.8	3	7.1
<b>chegar</b>	a	de/em	23	21	91.3	2	8.6
<b>colaborar</b>	com	sobre/ em	11	7	63.6	4	36.3
<b>referir-se</b>	a	de, em, sobre	18	9	44,4	9	50
<b>Total</b>			94	76	80.8	18	19.1

A tabela 6 ilustra que a preposição *com* é substituída por *sobre* e *em*. Por sua vez a preposição *a* é substituída pelas preposições *com*, *de*, *em* e *sobre*, dependendo do tipo de verbo em causa. Tal como fenómeno de supressão da preposição, o fenómeno de substituição de preposição ocorre somente com os predicados de dois lugares. A tabela ilustra, igualmente, que o predicado *adequar* é o que oferece mais entradas obrigatórias. De uma forma global, pode-se dizer que o fenómeno de substituição da preposição ocorreu em 4 predicados, que geraram um total de 94 contextos obrigatórios, que resultaram em 18 entradas desviantes, que correspondem a 19.1% . Pode-se dizer, igualmente, que fenómeno da substituição da preposição foi o que menos forneceu desvios ao PEPEU.



## CONCLUSÃO

Ao conceber o presente trabalho tinha-se como objectivo geral compreender como é realizada, em alguns verbos, a subcategorização verbal pelos estudantes do curso de Português na Universidade Pedagógica, Delegação de Nampula.

Foi na sequência deste objectivo que se procurou, ao longo deste trabalho, mostrar que o fenómeno de subcategorização verbal mostra traços típicos que o diferenciam do PE, fenómenos que se caracterizam por inserção, supressão e substituição de preposição.

Quanto ao processo de inserção de preposição, notou-se que, nos predicados de três lugares, o SN [+ HUM] próximo ao predicado que, no PE, assumem a função sintáctica de OD, recebendo do verbo o Caso acusativo, esse SN, desempenha as funções sintácticas de OI, recebendo da preposição *a* o Caso dativo. O segundo SN destas estruturas é geralmente uma frase infinitiva que, também, é introduzida pela preposição *a*, que lhe atribui o Caso oblíquo, de uma forma geral, gerando, nestes predicados, um esquema relacional do tipo SU V OI OI/OBL. Quando o primeiro argumento não é um SN [+ Hum], a preposição inserida não é *a*, sendo substituída pelas preposições *para* ou *de*, o que gera o seguinte esquema relacional: SU V OBL. Ainda nesta parte do trabalho, refutou-se a hipótese de Gonçalves (1989) e (1996b), segundo a qual, a ocorrência de frases com duplo objecto, no emergente PM, se deve à influência das línguas bantu. Com efeito, os problemas relacionados com o uso correcto da preposição *a* ocorrem, igualmente, com aprendente do Português que não possuem uma língua bantu como primeira. Mostrou-se que, a este nível, o fenómeno de duplo objecto não ocorre, podendo tal fenómeno circunscrever-se a aprendentes do Português com baixo nível de escolaridade. Defendeu-se que a complexidade de contextos de uso da preposição *a* tem estado, muitas vezes, na origem de desvios envolvendo esta preposição.

Relativamente ao fenómeno de supressão de preposição, verificou-se que este fenómeno incide, de uma forma generalizada, sobre predicados de dois lugares, com o esquema relacional SU V OI/ OBL. Os informantes suprimem a preposição *a* que ocorre normalmente com tais predicados, gerando uma estrutura em que a posição reservada para o OI (dativo) é ocupada por um OD (acusativo). Referiu-se que alguns verbos já se mostram estáveis no emergente PM, quanto ao seu uso como transitivos directos. Verbos

como *assistir*, *obedecer*, *responder*, entre outros, raramente são usados com transitivos indirectos.

No que tange ao fenómeno de substituição da preposição, verificou-se que os predicados mantêm o seu esquema relacional, mas os informantes seleccionam uma outra preposição diferente daquela que seria adequada, nas mesmas circunstâncias, no PE. Este fenómeno ocorre, basicamente, com os predicados de dois lugares.

Uma explicação possível das razões para estes desvios não pode estar simplesmente no facto de os informantes possuírem uma língua bantu como primeira: são escassas as evidências que podem legitimar que a transferência das estruturas das línguas bantu para o Português seja o único fenómeno responsável pelos desvios relativos à este caso de subcategorização verbal. Assim, é plausível afirmar que a origem destes desvios se devem aos seguintes fatores:

(i) estes informantes estão sujeitos a um *input* falso, o qual legitima algumas estruturas consideradas sintacticamente desviantes em relação ao PE. Ou seja, o *input* a que estes informantes tiveram acesso na aprendizagem da Língua Portuguesa não é o padrão, é um Português com desvio;

(ii) a preposição *a* tem múltiplas funções na sintaxe do Português, o que contribui para que esta preposição seja de uso bastante difícil por todos os aprendentes, já que outras investigações, feitas nos outros quadrantes do mundo, envolvendo informantes de outras nacionalidades, mostraram que os falantes cometem, muitas vezes, desvios, envolvendo esta preposição.

É possível, finalmente, que os fenómenos linguísticos descritos neste trabalho não sejam, apenas, emergentes no PM. O mais provável é que sejam típicos de falantes que aprendem a Língua Portuguesa como L2.

Deve sublinhar-se que os fenómenos aqui analisados podem ainda ganhar outros contornos. Assim, reconhece-se a limitação deste trabalho, uma vez que se trabalhou, apenas, com um determinado grupo de verbos e de informantes. Reconhece-se ainda que estes fenómenos são produzidos por informantes escolarizados, tendo o *corpus* sido formado a partir de dados escritos. Há espaço, pois, para que outros estudos possam ainda

ser feitos, tendo como base *corpora* mais diversificados, envolvendo falantes de várias camadas sociais e abrangendo os registos escrito e oral.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMBAR, M. M. (1992). *Para uma Sintaxe da Inversão Sujeito-verbo em Português*. Lisboa: Colibri.
- AURÉLIO *et al.* (2004). *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio*. Rio de Janeiro: Positivo.
- BECHARA, E. (1999). *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucena.
- CAMPOS, M. H. C.; XAVIER, M. F. (1991). *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. (1999). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 15ª ed. Lisboa: João de Sá Costa.
- DIAS, H. N. (2008). *As Desigualdades Sociolinguísticas e o Fracasso Escolar: em direcção a uma prática linguístico-escolar libertadora*. Maputo: Texto Editores.
- DUARTE, I. (2000). *Língua Portuguesa: Instrumento de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- FARIA, I. H. *et al.* (1996). *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- FERREIRA, I. K. de S. (2011). *Os verbos inacusativos e a inversão de sujeito em sentenças declarativas do Português Brasileiro*. Universidade de Rio Grande do Sul, Dissertação de Mestrado.
- FIRMINO, G. (2006). *A “Questão Linguística” na África Pós-Colonial: O caso do Português e das Línguas Autóctones em Moçambique*. Maputo: Textos Editores.
- FREITAS Junior, R. de. (2011). *A Continuação Discursivo-Gramatical da Construção (X)VS em Inglês como L2: Indícios de formação de interlíngua*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Tese de Doutorado.
- GALLISSON, R.; COSTE, D. (1983). *Dicionário de Didáctica das Línguas*. Coimbra: Almedina.
- GONÇALVES, P. (2010). *O Português Escrito por estudantes universitários: Descrição linguística e estratégias didácticas*. Maputo: Texto Editores.
- \_\_\_\_\_ (2005). Falsos Sucessos no Processamento do INPUT na Aquisição da L2: papel da ambiguidade na génese do português em Moçambique. *Revista da ABRALIN*, 4 1/2, 47-73.
- \_\_\_\_\_ (1996a). *Dados para a história da língua portuguesa em Moçambique*. In *Atas do I Congresso Internacional da Abralín*. Salvador: Abralín-Finep-UFBA, 187-192.

\_\_\_\_\_(1996b). *Português de Moçambique: Uma Variedade em Formação*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.

\_\_\_\_\_(1989). A Fixação do Sistema de Marcação Casual do Português em Moçambique. In *Actas do V Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: APL, 73-90.

GONÇALVES, P; CHIMBUTANE, F (2003). O Papel das Línguas Bantu na Génese do Português de Moçambique: o comportamento sintáctico de constituintes locativos e direccionais. *PAPIA*, 14.

GONÇALVES, R. M. G. (2010). *Propriedades de subcategorização Verbal no Português de S. Tomé*. Universidade de Lisboa, Dissertação de Mestrado.

HERINGER, H. J.; LIMA, J. P. (1987). *Palavra Puxa Palavra*. Lisboa: Ministério de Educação e Cultura.

HOUAISS *et al.* (2001). *Dicionário Eletrónico Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva.

LEIRIA, I. (2006). *Léxico, Aquisição e Ensino do Português Europeu Língua não Materna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LOPES, A. J. (2004). *A Batalha das Línguas: perspectivas sobre linguística aplicada em Moçambique*. Maputo: Fundação Universitária/IUEM.

LUFT, C. P. (2003). *Dicionário Prático de Regência Verbal*. S. Paulo: Ática.

MATEUS, M. H. M. *et al.* (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. 7ª ed. Lisboa: Caminho.

MATEUS, M. H. M. *et al.* (1990). *Fonética, Fonologia e Morfologia do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.

MATOS, J. C. *et al.* (2010) *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*. Lisboa: Editora Escolar.

MENDES, I. (2010). *Da Neologia ao Dicionário: o caso do Português em Moçambique*. Maputo: Textos Editores.

PERES, J. de A.; MÓIA, T. (1992). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Lisboa: Caminho.

RAPOSO, E. P. (1992). *Teoria da Gramática: A Faculdade da Linguagem*. Lisboa: Caminho.

RAPOSO, E. P *et al.* (coord.). (2013). *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

SIOPA, C. (2010) Estruturas problemáticas e Estratégias de Ensino do Português na Universidade. In *O Português Escrito por estudantes universitários: Descrição linguística e estratégias didáticas*. Maputo: Texto Editores.

\_\_\_\_\_(2005). A Língua Portuguesa no Ensino Universitário em Moçambique: o Caso da Universidade Eduardo Mondlane. In *Língua Portuguesa e Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Colibri, 183-197.

VILELA, M. (1999). *Gramática da Língua Portuguesa*. 2ª ed. Coimbra: Almedina.